

cadernos

IHU

ano 10
nº 40
2012

São Leopoldo e a "Revolução de 1930"

Um possível uso da fotografia como documento histórico

Tiago de Oliveira Bruinelli

Os **Cadernos IHU** divulgam pesquisas, produzidas por professores/pesquisadores e por alunos de pós-graduação, e trabalhos de conclusão de alunos de graduação, nas áreas de concentração ética, trabalho e teologia pública. A periodicidade é bimensal

São Leopoldo e a “Revolução de 1930”

Um possível uso da fotografia
como documento histórico

Tiago de Oliveira Bruinelli

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling

Gerente administrativo

Jacinto Aloísio Schneider

Cadernos IHU

Ano 10 – Nº 40 – 2012

ISSN: 1806-003X

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Dr. Marcelo Leandro dos Santos – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Aitziber Mugarra – Universidade de Deusto-Espanha – Doutora em Ciências Econômicas e Empresariais

Prof. Dr. André Filipe Z. de Azevedo – Unisinos – Doutor em Economia

Prof. Dr. Castor M. M. B. Ruiz – Unisinos – Doutor em Filosofia

Dr. Daniel Navas Vega – Centro Internacional de Formação-OIT-Itália – Doutor em Ciências Políticas

Prof. Dr. Edison Gastaldo – Unisinos – Pós-Doutor em Mídias

Profa. Dra. Éliada Hennington – Fundação Oswaldo Cruz – Doutora em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Jaime José Zitkosky – UFRGS – Doutor em Educação

Prof. Dr. José Ivo Follmann – Unisinos – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos – Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. Werner Altmann – Unisinos – Doutor em História Econômica

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590-8223 – Fax: 51.3590-8467

www.ihu.unisinos.br

Sumário

<i>Prefácio</i>	4
<i>Introdução</i>	6
<i>A “Revolução de 1930” – um panorama</i>	8
<i>Fotografia: documento histórico</i>	10
<i>Fotografias: uma possível análise</i>	17
<i>São Leopoldo e a “Revolução de 1930”</i>	25
<i>Ferrovários, “revolucionários” leopoldenses</i>	32
<i>Algumas considerações “finais”</i>	37
<i>Referências</i>	41

Prefácio

Sempre é bem-vindo um estudo que privilegia também a imagem como uma possível evidência para o aprofundamento e a pesquisa no campo da história. A iconografia (imagem) histórica não é uma moda, nem um folclore, tampouco algo exaurido da história. Pode-se considerá-la um caminho novo e complementar de outros métodos de trabalho dos historiadores. Ela (a imagem) é rica em potencialidades, mas seu lugar na historiografia atual, conforme várias opiniões, não está ainda assegurado.

Imagens políticas, religiosas, publicitárias – seja qual for sua natureza –, em forma de pintura, fotografia e outros aparatos nos aproximam dos imaginários mentais e culturais, bem como das sensibilidades de outras épocas. Também participa da construção da memória das sociedades, ilustrando fatos históricos ao mesmo tempo em que enriquece seu estudo e seu aprofundamento.

Para isso é necessário aceitar as conclusões, fluídas muitas vezes, ou a multiplicação de significações diversas, pois a polissemia, sua possibilidade de significados diferentes, advém mais das questões que fazemos à imagem do que dela própria.

O autor da presente pesquisa faz um estudo sobre a participação do município de São Leopoldo-RS na “Revolução de 1930”, utilizando suporte fotográfico como sua principal fonte documental. Trata-se de um estudo bem embasado metodologicamente. Isso acontece também quanto às fontes das fotos utilizadas e analisadas, provenientes de revistas e jornais da época referida (décadas de 1920, 1930) e de museus das cidades de Porto Alegre e São Leopoldo. Sem dúvida, a participação do então município de São Leopoldo fica sobremaneira enriquecida, no painel peculiar que o autor traça a partir do documento fotográfico.

Como lembra o próprio autor na parte inicial de seu estudo, uma fotografia não deve ser pen-

sada apenas como resultado de uma técnica e/ou de uma ação, ou visando apenas captar a imagem como produto acabado. É necessário pensar a fotografia como um ato, e que seja compreendida em seu contexto. E é imprescindível que se pense esse ato não apenas como uma técnica específica, mas também quanto à sua recepção e contemplação; isso vale também para a época em que foi produzido e para a época em que é visto, estudado, analisado.

A pesquisa inicia com o autor discorrendo sobre dados históricos do município de São Leopoldo, na época referida das décadas de 1920 e 1930, e também sobre a importância da fotografia como evidência e enriquecimento do estudo e pesquisa no campo da história.

Dessa forma, é discutido o uso da fotografia para a história e algumas possíveis abordagens que podem ser feitas. Também é contemplado o embasamento metodológico quanto à “leitura” da imagem, com especial atenção à fotografia. São apontadas aqui as propostas de análise embasadas em Erwin Panofsky, através da análise iconográfica (descrição) e da análise iconológica (interpretação); também a proposta de Burke quanto à abordagem e análise das “narrativas visuais” e o destaque que esse autor dá à contextualização histórica. Aprofundando ainda o uso da fotografia para a história, são referenciadas obras clássicas, quanto ao assunto, de Phillippe Dubois, Vilém Flusser, Boris Kossoy, Joan Fontcuberta, Alberto Manguel, entre outros.

Historiadores como Thomas Skidmore, Hélio Silva e René Gertz embasam a época histórica focada, ao lado de outros autores. Também são referenciados acervos de museus de São Leopoldo (Museu do Trem) e Porto Alegre (Museu Hipólito José da Costa e Museu da Brigada Militar). Juntamente à fotografia é utilizada a imprensa jornalística como fonte documental. O emba-

samento histórico é reforçado por obras específicas sobre São Leopoldo e sua participação na “Revolução de 1930”; obras essas de Bruno Kich, Germano Oscar Moehleck e Leopoldo Petry. Ainda alicerçam a pesquisa a Revista do Globo Especial, de 1931, *A Revolução de Outubro de 1930* (Editora Globo, Porto Alegre), os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* de Porto Alegre, e *Diário de São Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

O autor salienta e faz uma interessante explanação, também alicerçada em fontes de época, sobre a participação do clero gaúcho – enfatizando o clero leopoldense – e dos ferroviários na “Revolução de 1930”.

Em suas considerações finais, o autor deste estudo inédito quanto à forma de abordar a documentação fotográfica, e que muito acrescenta na viabilização de uma história mais rica, e por que não, *sui generis*, lembra que a intenção foi de construir um panorama sobre a participação de São Leopoldo durante a “Revolução de 1930”, e que outros pesquisadores continuem, mesmo com outras fontes esquecidas, a construir a memória histórica deste município. Ao que o autor deste estudo, sem dúvida, já deu sua parcela com maestria.

*José Alberto Baldissera**

* Professor Titular do Curso de História da UNISINOS, pesquisador de História e Imagem, orientador da presente pesquisa realizada por Tiago de Oliveira Bruinelli.

Introdução

Sendo a “Revolução de 1930” um dos mais significativos eventos da história brasileira e, por conseguinte, da história do Rio Grande do Sul, faz-se necessário aprofundar o conhecimento sobre o tema, nesse caso em específico, na comunidade leopoldense, focalizando a pesquisa e o estudo sobre sua participação no referido episódio. O uso da fonte imagética fotográfica vem acrescentar ao que já foi pesquisado, possibilitando novos ângulos, leituras e perspectivas e/ou também corroborar evidências históricas já constatadas.

Este estudo¹ tem como foco principal eventos político-sociais ocorridos no final do ano de 1929, que desencadearam a chamada “Revolução de 1930” indo até os embates finais pelo controle da cidade de Porto Alegre por forças policiais militares, ainda no ano de 1930.

Em âmbito são-leopoldense, tem-se por finalidade aprofundar os estudos sobre a forma como esses eventos influenciaram a política municipal, utilizando para isso a imprensa e a fotografia, elementos que nos fornecem subsídios para conhecer melhor a participação de certos setores sociais e ações desenvolvidas por eles, inclusive no sentido de gerar uma autoimagem sobre sua participação na “Revolução de 1930”.

Falar de São Leopoldo nas décadas de 1920 e 1930 é falar de uma cidade com organização política, social e geográfica muito distante da atualidade. Na ocasião, São Leopoldo era um grande município composto por 10 grandes distritos – muitos atualmente também independentes. Eram eles: Bom Jardim, Estância Velha, Dois Irmãos,

Sapiranga, Nova Palmeira, Lomba Grande, Sapucaia do Sul, Boa Vista do Herval e Joaneta.

Desde 1824, a data mais lembrada para a história do município por recordar a chegada dos imigrantes alemães, São Leopoldo passou por um grande florescimento cultural, político e urbano. No ano de 1919, por exemplo, com uma mudança de denominação, surgirá o 8º Batalhão de Caçadores, unidade militar (que na ocasião aquartelava-se onde atualmente é o município de Esteio) que terá destacada ação em 1930, quando eclode a “revolução”, na tomada do Morro do Menino Deus, em Porto Alegre.

Na década de 1920, fundam-se a Associação do Comércio e da Indústria e surgem importantes veículos de imprensa, como os jornais *A Época* e *Rio dos Sinos*. Inaugura-se também a Sociedade Ginástica, a Sociedade de Canto Fazenda São Borja.

Em 1927, o distrito de Novo Hamburgo emancipa-se de São Leopoldo. Ainda em 1925, por aclamação popular, membros da Câmara Municipal pediam a emancipação do distrito de Novo Hamburgo. Os pedidos foram negados por Borges de Medeiros, que enviou representantes para tentar dissuadir os emancipacionistas. Como eles não voltaram atrás em sua decisão, não houve escolha para Borges de Medeiros a não ser criar o novo município de Novo Hamburgo em 1927. Como bem salienta Gertz (1975), naquela ocasião “peitar” o “todo poderoso” Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense não era “páreo para qualquer um”. Esse ato, considerado pelo autor como um dos mais interessantes do poder Legislativo leopoldense, serve de exemplo da importância política do município naquele período.

Contudo, nos parece importante aqui fazer uma ressalva. Sem diminuir a importância desse fato para o poder Legislativo local, vale lembrar,

1 Este texto é uma versão da monografia de Conclusão de Curso, intitulada “*De carabina em punho se necessário for – Aspectos da participação de São Leopoldo na Revolução de 1930*”; apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos em 2010, como requisito parcial para a obtenção de título no curso de especialização em História do Rio Grande do Sul.

como bem salienta Axt (2004) que nesse momento as alianças de Borges de Medeiros com famílias oligárquicas enfraqueceu sua autoridade “incontestável”, fragilizando as facções borgianas nos municípios. “O partido tornou-se mais forte, mas menos tutelado pelo chefe” (AXT, 2004, p. 10).

É um pouco nesse sentido também que se deve pensar o ato de emancipação “forçada” de Novo Hamburgo, proposto no Legislativo leopoldense: um enfraquecimento do poder de Borges de Medeiros e um fortalecimento temporário dos poderes locais.

Além da importância política, São Leopoldo contava também com uma grande importância estratégica. Em 1929, o clima de grande apoio a Getúlio Vargas tomou conta da cidade. Getúlio Vargas em pessoa visita o município e doa a vultuosa quantia de 30 mil contos de réis para a construção do Hospital Centenário, além de visitar o quartel do 8º Batalhão de Caçadores e lá

fazer um discurso inflamado de retórica. Pode-se avaliar que a doação foi uma tentativa de angariar apoio político. A visita de Getúlio Vargas ao quartel refletia sua preocupação com a instabilidade das forças de comando, tanto que em julho de 1930 Getúlio Vargas em carta a Oswaldo Aranha mostrava-se incerto sobre as guarnições de São Leopoldo, Caxias e Cachoeirinha, por sua capacidade operacional elevada, mas pela pouca inclinação revolucionária de suas lideranças.

Assim, pode-se avaliar que o município de São Leopoldo contava com intensa participação política e tinha considerável importância estratégica, tanto pelo seu efetivo militar como por sua malha ferroviária, inaugurada em 1922 com o objetivo de levar pedras da pedreira do Morro do Paula para Porto Alegre. Essa malha ferroviária mostrar-se-á tão eficiente para o transporte de tropas, armas e equipamentos para os revolucionários de 1930.

A “Revolução de 1930” – um panorama

A “Revolução de 1930” na historiografia brasileira por muito tempo foi considerada uma ruptura política e uma modificação das estruturas sociais e econômicas no Brasil de então. “Mais que isso, foi considerada um marco de periodização na evolução econômica, social e política do país” (MARTINS, 1980, p. 671). Esse evento, contudo, não foi sozinho o responsável por todas as mudanças que ao longo do tempo se atribuíram a ele, e sim aglutinou em torno de sua imagem fenômenos e acontecimentos que a ele se supõe iniciar.

Talvez o evento tenha sido identificado com tantas mudanças – grandemente alardeadas pela propaganda do PRR na ocasião da eleição que antecedeu a “revolução”, pois a ele também foram creditadas mudanças e conquistas ditas democráticas. Por conquistas democráticas poderíamos citar a legislação trabalhista, uma grande reorganização do aparelho do Estado, e também a uma incorporação das chamadas camadas urbanas à cena política do país.

Em documento atribuído a Lindolfo Collor, político, historiador e sociólogo natural da cidade de São Leopoldo, que fez sua carreira política dentro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), escrito provavelmente em 1936, portanto em um contexto “pós-revolução vitoriosa”, ele afirma que:

Examinaremos sucintamente na nossa lição de hoje o que significou a “revolução” de 1930 no progresso social do Brasil. Grande era, indiscutivelmente, o nosso atraso em tudo quanto se referisse ao reconhecimento dos direitos do proletariado em face do Estado e da classe patronal. Vivíamos, em matéria de legislação social, numa humilhante situação de inferioridade [...] As questões sociais eram consideradas meros casos de polícia. Os operários nunca tinham razão (*A Revolução de 1930 – textos e documentos*, 1980, p. 81).

Foi essa “preocupação” com a condição social, direitos dos trabalhadores, e sobretudo a si-

tuação econômica que se abateu sobre o Brasil após a Primeira Guerra Mundial – também sobre a pecuária, que em âmbito sul rio-grandense teve mais ênfase dada a importância desse setor – que o PRR engendrou grande parte do seu discurso. A própria imagem do presidente Washington Luís seria associada ao atraso e ao descaso com as classes mais populares.

Dessa forma, entendemos que o termo revolução, o qual nos remete a uma ruptura; não seria ele o mais adequado à série de eventos desencadeados em 1930, como nos lembra Luciano Martins (1980). Contudo, por tratar-se de um termo já consagrado pela historiografia, faremos uso dele, mesmo acreditando que essas rupturas, de fato, não ocorreram da forma como foram consideradas durante tanto tempo.

Outro elemento sempre considerado na “Revolução de 1930” foi a homogeneização das forças políticas do PRR. Contudo, vale lembrar que tanto a “revolução” Federalista como a “revolução” de 1923, e mesmo a fundação do Partido Republicano Democrático em 1908, na figura de Assis Brasil, foram sinais do lento processo de desagregação política do PRR.

Concordamos com Luciano Martins (1980), quando ele afirma que a “Revolução de 1930” só teve sua consumação política através do golpe de 1937, o Estado Novo. Acreditamos que naquele contexto essa foi a “solução” encontrada para dar coesão às diferentes estruturas de dominação e da dita unidade nacional. As bases políticas oligárquicas não poderiam manter a coesão por muito tempo. Então a centralização se dará de forma autoritária com o Estado Novo.

Foi nesse momento que a ditadura de Getúlio Vargas se impôs, acabando com as ditas “dissidências” partidárias. E entre essas dissidências estava o próprio Lindolfo Collor, que em 1937 havia fundado o Partido Republicano Castilhistas

(PICCOLO, 1991). Dessa forma, torna-se bastante difícil acreditar no caráter liberal e democrático da “Revolução de 1930”.

Por fim e não menos importante, sempre se associou à ideia de ruptura econômica ao evento de 1930, pois se diz que a partir daquele momento o país tendeu a voltar-se para a industrialização. Mesmo assim, acreditamos que o processo “natural” de industrialização e a posterior desorganização econômica pouco deveram ao PRR e, conseqüentemente, à “Revolução de 1930”.

Com a crise mundial, fortemente identificada com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, desorganizando o modelo econômico capitalista em muitos países – entre eles o Brasil –, os processos de industrialização internos se aceleraram. Com um parque industrial ainda tímido e em expansão, o Brasil, que havia crescido em importações, sobretudo de alimentos para os países envolvidos diretamente na Primeira Guerra Mundial, tende a re-

aproveitar essa incipiente industrialização para suprir seu mercado interno; o que, é claro, não significava “ainda a constituição de um ‘capitalismo industrial’, o que só vai de fato ocorrer a partir da década de 1950 e graças à participação do Estado e de empresas estrangeiras no processo” (MARTINS, 1980, p. 682).

Assim, a “Revolução de 1930” pode ter plantado algum gérmen da industrialização, mas seria equívoco e exagero considerá-la sozinha como a responsável por tal coisa. Essa forma de pensar se manteve, em grande medida, pela imagem associada a esse evento: o de afastar-se do “imperialismo” e do “atraso”. Contudo, vale lembrar que uma vez no poder os revolucionários de 1930 não programam exatamente uma estratégia de industrialização, e que em 1932 lideranças de São Paulo – o estado mais industrializado naquele contexto – voltar-se-iam contra o governo composto na “Revolução de 1930” (MARTINS, 1980, p. 682).

Fotografia: documento histórico

Uma imagem pode servir como evidência histórica? Sendo a fotografia uma manifestação imagética, pode servir a esse mesmo propósito? Nos últimos tempos, muitos historiadores ampliaram seu leque de fontes documentais, sendo a fotografia, um desses documentos. Eventos políticos, tendências econômicas e estruturas sociais dos mais diversos matizes não foram abandonados, mas sim revistos de outros ângulos. Aliado a uma nova forma crítica de ler o documento escrito, foi cada vez mais adotado pelos estudos históricos o uso e a interpretação da imagem.

Desde o advento dos *Annales* em 1929, sobretudo, com Marc Bloch e Lucien Febvre, deu-se uma maior ênfase na história das mentalidades, na história da vida cotidiana, na história da cultura material, história do corpo, etc. Em suma, procurar parcelas da história – essa grande produção humana, “em qualquer lugar onde pudesse ser encontrada por quaisquer meios” (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 404).

Essa mudança de perspectiva sobre o que poderia ser considerado documento transformou a ótica tradicional da história. Não teria sido possível partir para essas e muitas outras abordagens citadas acima fazendo-se uso apenas de documentos escritos: incorporar outras fontes a esses processos, tais como a história oral e o uso de *imagens*, mostrou-se imprescindível. Essas novas fontes, “tais como a pintura, o cinema, a fotografia, etc., foram [incluídas] no elenco de fontes dignas de fazer parte da história, e passíveis de leitura por parte do historiador” (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 404).

Contudo, percebe-se que, enquanto a história como disciplina passou a incorporar as diversas formas de imagens bem mais tarde, em inícios do século XX, o conceito de que uma imagem é carregada de significados é bem mais antigo. “O problema para os historiadores é saber se, e

até que ponto, pode-se confiar nessas imagens” (BURKE, 2004, p. 25).

Até certo ponto é possível confiar nessas imagens. Contudo, as lições aprendidas sobre os documentos escritos também valem para elas: criticar a fonte, criticar o documento e criticar quem o produziu e em que contexto se deu essa produção. Tudo isso demanda pesquisa, análise e larga discussão teórico-metodológica a respeito de como analisar tais fontes. Mais do que isso, uma imagem e, por conseguinte, uma fotografia é formada por uma rede de significações, com elementos, sejam eles materiais ou humanos, que interagem na composição daquela realidade.

As imagens, não importando a época em que foram produzidas, carregam em si signos que são uma forma de manifestação de cultura. Elas podem ser de devoção, meios de persuasão, ou meios de transmitir informações, de oferecer prazer, deleite, ou mesmo incitar a revolta. Para se utilizar uma imagem, é necessário tentar compreender a maior parte possível desses elementos e remontar à realidade que vimos na imagem.

Kossoy (1999) já chegou a dizer que uma fotografia apresenta no mínimo duas realidades, ou, em outras palavras, uma realidade interior e realidade exterior. A primeira realidade seria o evento em si, o que está retratado, não importa de que forma seja. Como toda fotografia carrega uma mensagem em si, ela carrega uma realidade interior. Pertence a essa realidade o momento em que a fotografia foi clicada, ou seja, o momento em que ela foi produzida.

Depois de produzida, ainda segundo Kossoy (1999), entra em cena o ramo da segunda realidade, ou realidade exterior. Aquela que carrega referências sobre o passado inacessível. Contudo, essas “realidades” não são necessariamente históricas; são leituras que se pode fazer em determinados momentos.

Chartier (2002, p. 163) nos conta que em 1639 o pintor Nicolas Poussin envia um quadro de presente a seu amigo. Na época, Poussin já dizia a esse amigo que, para compreender o quadro, era necessário “ler” os seus elementos. Bem mais tarde, Barthes (1986) retornará a essa forma de pensar, quando diz: “eu leio textos, imagens, faces, cenas [...]”.²Chartier nos pergunta se o termo “leitura”, já que pode ser aplicado a um texto escrito, também pode ser aplicado a um quadro.

Acreditamos que as imagens em geral são passíveis de diferentes níveis de leitura, de acordo com os signos – a maioria das vezes, não verbais – que elas nos apresentam. As fotografias, como imagens que são, também se enquadram nessa categoria. Cardoso e Mauad (1997) escrevem que as fotografias são marcas culturais de uma época e trazem à tona parcelas dessa época. Mas é justamente aí que reside uma das grandes armadilhas da imagem como um todo e também da fotografia: tomar aquela imagem como o passado “em si”, e não apenas como uma parcela dele.

Esse ponto se apresenta como de vital importância, uma vez que, como salienta Sontag (2004, p. 83), “qualquer coleção de fotos é um exercício de montagem surrealista e a sinopse surrealista da história”. Assim, é importante ter em mente que, ao analisar uma fotografia, vamos nos deparar primeiramente com a visão do fotógrafo acerca da cena, da importância que ele dá a determinados elementos dessa cena, como privilegia o foco, a luz, o ângulo, a distância. Como ele focaliza o rosto das pessoas, como ele faz com que elas posem para o retrato, que roupas usam, que expressões elas devem fazer. Além disso, é importante ter em mente também que as diferentes poses ou indumentárias variam em diferentes épocas históricas, até mesmo em uma mesma época.

Desde o início da história da fotografia esse novo meio de comunicação passou a ser discutido como uma possível fonte de auxílio à história. Um dos elementos que chama a atenção na

fotografia é a sensação de que com ela é possível reter parcelas do mundo em imagens.

Dondis (1997) afirma que a importância dada à imagem, sobretudo na atualidade, deve-se ao fato de que a evolução das artes no Ocidente primou sempre pelo impacto do visual sobre os demais sentidos. E a fotografia, em dado momento do séc. XIX, vem para “libertar” as artes plásticas. Contudo, a facilidade com que uma imagem podia ser obtida entrou em choque com a habilidade de muitos pintores, que não raramente passavam anos aprimorando suas técnicas.

Ainda segundo Dondis (1997), os pensamentos, as emoções, os impulsos de compra, etc., são em grande medida influenciados pela fotografia e por sua capacidade de retratar o que vemos. Registrar momentos com os amigos e a família ainda é um dos grandes motivos pelos quais a fotografia é tão popular.

Quando fotografamos, queremos deixar uma mensagem. Queremos dizer a quem quer que seja que veja essa fotografia, a forma como nos entendemos como pessoas, a visão de mundo que temos, nossos gostos, nossas aspirações. Queremos falar da nossa identidade, e muito mais do que isso: de nossa autenticidade.

Desde muito tempo jornais já utilizam a fotografia³ como uma reafirmação do que está escrito no texto, como “evidências históricas” do que aconteceu. O mesmo acontece mais recentemente, com as imagens em movimento de uma televisão. Ver é compreender e, muitas vezes, acreditar. Uma pessoa, a quem se mostra alguma coisa, terá potencialmente muito mais capacidade de compreensão do que se simplesmente ouvisse falar (DONDIS, 1997, p. 13).

As imagens têm – e a fotografia não foge a essa regra – a capacidade de modificar nossa visão de mundo, pois trazem em si um *reality effect*.⁴ Essas imagens ora nos fazem sentir como protagonistas da cena, ora como meros espectadores.

2 “I read texts, images, faces, scenes [...]” In: BARTHES, Roland. *The rustle of language*. Oxford-Inglaterra: Blackwell, 1986. p. 18.

3 E antes de 1800, muitos registros policiais franceses já utilizavam retratos de suspeitos em seus arquivos. In: BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru-SP: EDUSC, 2004, p. 17.

4 Cf. BARTHES, 1986.

Contudo, como bem nos alerta Sontag (2004), a noção básica é a de que participemos do instante em que a imagem foi fotografada; vivenciemos aquela realidade e nos posicionemos – a favor, contra, e talvez dificilmente neutros – em relação a ela. Através das fotografias, podemos nos sentir como participantes de determinado evento ou, ainda, despertar em nós um sentimento de ojeriza em relação ao que está exposto. “Quando algo é fotografado, torna-se parte de um sistema de informação” (SONTAG, 2004, p. 172).

Uma fotografia não deve – ao menos não deveria – ser pensada apenas como o resultado de uma técnica, de uma ação, ou mesmo da simples união desses dois elementos. Não se deve também olhar para uma fotografia, visando apenas captar a imagem como um produto acabado. Antes de tudo, é importante pensar a fotografia como um ato. E esse ato, assim como os demais, não pode ser compreendido fora do seu contexto.

Quando se fala em contexto, deve-se lembrar de uma série de elementos para melhor compreender o ato de produzir uma fotografia. Esse ato de produzir, é claro, não está limitado ao uso de uma técnica específica, mas inclui também “o ato de sua recepção e de sua contemplação” (DUBOIS, 1993, p. 15). Ao produzirmos uma reflexão sobre qualquer meio de expressão – e a fotografia é um deles –, devemos levantar sempre a questão da relação existente entre o referente externo e a mensagem produzida por esse meio. Nesse sentido, nos deparamos com uma questão de suma importância para a fotografia – a questão do realismo.

Diante de uma obra de arte, especialmente uma obra contemporânea, é comum nos atermos mais ao sentimento que ela nos provoca do que necessariamente ao *que exatamente* ela está mostrando. Nesse sentido, uma obra de arte não tem necessariamente a obrigação de retratar o real. Ao pensarmos em uma fotografia – até mesmo pela sua forma realista da imagem que ela nos mostra – em grande medida colocamos nela uma *obrigação* com o real, ou seja, imediatamente pensamos na fotografia como um “documento

do real”. A fotografia é quase sempre pensada como “a imitação mais perfeita da realidade” (DUBOIS, 1993, p. 27).

Em grande medida isso ocorre porque é mais comum pensar na fotografia como um processo mecânico. Ou seja, o fotógrafo capta uma imagem e a imortaliza tal qual ela é. Nesse meio, ele não poderia produzir: acrescentar ou mesmo retirar algo do quadro que ele focaliza e clica para transformar em uma fotografia. Assim, a fotografia torna-se um processo automático, que é produzido sem o toque da mão de quem a produz. Por mais cuidado que um fotógrafo tenha em preparar o ambiente e as pessoas que podem compor uma cena, “o próprio processo de criação de imagem, o próprio processo permanece como um processo óptico-químico (ou eletrônico), cujas operações são automáticas” (SONTAG, 2004, p. 174).

A fotografia então deveria ser exatamente o oposto de uma obra de arte, que é o resultado do trabalho, do gênio e do talento natural de um artista. Talvez, segundo Dubois (1993), essa distinção entre fotografia e obra de arte tenha se acirrado durante o século XIX, onde a arte ficava de um lado, representando uma criação imaginária que carregava em si todos os motivos de sua existência, e mesmo a sua finalidade, e, de outro lado, ficava a fotografia, uma técnica pura e simples que serviria de instrumento de fiel retratação do real.

Dessa forma, a união entre os dois conceitos nunca poderia ocorrer, uma vez que a fotografia trata do real, e a obra de Arte pode escapar desse mesmo real. Um ponto de relevância para melhor compreender essa divisão foi o fato de que a fotografia se encarregou das funções sociais e utilitárias, antes de domínio das artes plásticas. Ou seja, um retratista profissional, por exemplo, com o advento da fotografia, muito mais rápida em captar o momento, não tinha mais a obrigação de quando usasse seus pincéis, ficar preso ao real. Muitos retratistas profissionais tornaram-se fotógrafos profissionais.

Durante o século XIX também se pensou em uma libertação das artes em função do advento

da fotografia. A arte poderia “voltar” à sua essência, dedicar-se à criação, ao imaginário, libertando-se de qualquer, como nos diz Bazin (1975, p. 14), “obsessão de semelhança”.

Philippe Dubois (1993) nos chama a atenção também para o fato de que muitos compartilhavam da mesma opinião a respeito da fotografia, e de sua função de libertadora das artes. Essa noção, como não poderia deixar de ser, arrastou-se por muito tempo ainda, dentro do século XX. Em um diálogo de 1939, Picasso nos diz que

quando você vê tudo o que é possível exprimir através da fotografia, descobre tudo o que não pode ficar por mais tempo no horizonte da representação pictural. Por que o artista continuaria a tratar de sujeitos que podem ser obtidos com tanta precisão pela objetiva de um aparelho de fotografia? Seria absurdo, não é? A fotografia chegou no momento certo para libertar a pintura de qualquer anedota, de qualquer literatura e até do sujeito. Em todo caso, um certo aspecto do sujeito hoje depende do campo da fotografia (PICASSO, 1939 apud DUBOIS, 1993, p. 174).

Assim, começamos o século XX imaginando que uma fotografia não pode mentir. Se ela não pode mentir, ela se constitui numa espécie de prova, que nos é necessária para acreditar, mas também suficiente para que acreditemos indubitavelmente naquilo que ela nos mostra.

Contudo, vale lembrar que, segundo Dubois (1993), se a tônica da interpretação fotográfica no século XIX⁵ primou pelo discurso da semelhança, com o advento do século XX esse discurso modificou-se um pouco e já passou a reconhecer a existência de uma transformação do real pela fotografia. Esse posicionamento teórico foi alicerçado por estudos da psicologia da percepção (como se percebe e se compreende uma imagem – e/ou uma fotografia), a uma maior preocupação com os discursos ideológicos que imbuíam as expressões, sobretudo, imagéticas e em discursos que primavam pela preocupação do uso antropológico da fotografia.

Todos esses discursos modificam os pontos de vista, lembrando agora que a simples noção

de realismo é também carregada com a noção uma verdade interior – ou seja, conceitos, preconceitos, tabus, regras sociais, credo – de quem fotografa. O século XX pensou de forma mais estruturada; pensou a fotografia como uma série de códigos: os pontos de vista de quem fotografa e de quem olha, o contexto que produziu a imagem e o contexto de quem a observa, os processos técnicos que envolvem a produção dessa imagem, a cultura dos meios envolvidos, a noção de beleza ou fealdade estética, etc.

Na década de 1930, por exemplo, surge nos EUA o termo “fotografia documental”, para se referir a cenas do cotidiano das pessoas comuns, especialmente as mais pobres, onde um exemplo seria o trabalho de Lewis Hine, que estudou sociologia na Universidade de Colúmbia e denominava seu trabalho de “Fotografia Social” (BURKE, 2004, p. 26).

Rudolph Arnheim (Arnheim apud Dubois, 1993, p. 38) chama a atenção para o fato de que as lentas mudanças na tônica dos discursos sobre a percepção das imagens tornou-se importante para compreender melhor a fotografia, quando nos faz pensar em alguns pontos que problematizam a noção de fotografia com o real. Um dos primeiros pontos seria o próprio ângulo.

Quem tira uma fotografia, escolhe determinado ângulo de visão e determinada distância em relação ao objeto fotografado. Pode parecer um discurso vazio, mas o ângulo fotográfico pode nos revelar muito sobre a intenção de quem fotografa. Por exemplo, se o objeto em questão está em close, pode-se pensar em um maior grau de importância dada a ele pelo fotógrafo. O mesmo ocorre inversamente quando o objeto está retratado de longe. Não se pode deixar de levar em consideração que uma fotografia não pode apreender as sensações olfativas e auditivas de uma cena e, portanto, deve tentar expressar todo o conjunto apenas em imagem. A própria posição das pessoas em uma fotografia pode dizer muito sobre o objetivo de quem a produziu, ou mesmo de quem a encomendou.

Kossoy (1999) nos diz que a fotografia, antes de tudo, é um processo de criação/construção,

⁵ Essa posição teórica teve origens já no século XIX, com textos de Lady Elizabeth Eastlake, entre outros.

seja de caráter técnico, cultural, ou estético. Como exemplo, ele cita a fotografia de uma modelo do mundo da moda. A modelo é real, assim como o cenário, mas o instante é criado, assim como o mesmo cenário pode ser criado. Dessa forma, essa imagem é uma fantasia, mas passa a ser uma realidade enquanto é veiculada pela mídia e consumida como um produto. A aceitação dessa imagem a reveste de um caráter de autenticidade.

Outro ponto que deve ser levado em consideração, ainda segundo Kossoy (1999, p. 54), é que a grande maioria das fotografias passa por um processo de “pós-produção”, ou seja, processos de adaptação dessa mesma imagem para ser incorporada, digamos, em uma revista. Essa imagem pode sofrer alterações quanto à sua cor, ao seu tamanho, e sofrer “cortes” que mostrem apenas determinado assunto, seguindo interesses dos mais variados, nesse caso, do editor. Muitas vezes, a mesma fotografia é utilizada para servir de exemplo a uma situação completamente antagônica àquela que servia inicialmente, onde “um novo documento é criado a partir do original visando gerar uma diferente compreensão dos fatos [...] uma outra verdade. Mais uma ficção documental” (KOSSOY, 1999, p. 55).

Nesse ponto, Burke (2004) nos atenta para o fato de que é necessária a contextualização, que para o caso das fotografias nem sempre se mostra uma tarefa fácil. Os motivos são os mais variados, pois a identidade dos fotografados, e mesmo de muitos fotógrafos, é, em grande parte, desconhecida.

Outro elemento que para o autor deve ser levado em consideração é a finalidade da fotografia. Muitos arquivos de museus estão cheios de fotografias não identificadas, que inicialmente foram pensadas em um conjunto, eram parte de um projeto. Fora desse conjunto, muitas perdem o objetivo original e podem receber as mais variadas interpretações, que muitas vezes nada tem a ver com a ideia primordial do projeto.

Fotografias de crianças magérrimas, vivendo em condições de pobreza, podem servir ao mesmo tempo tanto para despertar indignação com a falta de ação das autoridades como para despertar a solidariedade de colaboradores em

campanhas contra o trabalho infantil, por exemplo. Da mesma forma, uma mesma imagem trabalhada em tons pastéis pode servir como uma lembrança amena do passado, ao passo que preto e branco em alto contraste, pode servir para transmitir um sentido de dura realidade.

Assim sendo, pode-se perceber a complexidade da fotografia como “documento”, e a grande reticência de um largo número de pesquisadores – entre eles, os historiadores – a utilizá-la. Analisar uma fotografia é diferente de analisar qualquer outro tipo de imagem. E a razão disso talvez seja o que argumenta Susan Sontag (2004, p. 13), ao dizer que “ao nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar, e sobre o que temos o direito de observar”.

Tal ocorreria, ainda segundo ela, pela facilidade com que é possível tirar uma fotografia, e com ela reter uma parcela de mundo, de um momento, de um tempo, etc. Com uma obra de arte isso não se daria exatamente da mesma forma, pois ela leva um determinado tempo e custa determinado valor para ser produzida.

Na fotografia, acreditamos que pelo simples fato de que qualquer amador poder fotografar – especialmente na atualidade, com a popularização das câmeras digitais –, a relação do fotógrafo com o objeto fotografado é mais curta, mais exata e, por fim, mais inocente. Ou seja, acreditamos que, em grande maioria, os motivos pelos quais se fotografa não guardam relação com uma tentativa de mascarar a realidade, ou mesmo de alterá-la. Diferentemente, cremos que o ato de fotografar está mais ligado pura e simplesmente a registrar algum acontecimento ou evento, sem necessariamente modificá-lo. Ressaltamos a relevância do comentário de Sontag (2004, p. 18), ao afirmar que “a fotografia não é praticada pela maioria das pessoas como uma arte. É, sobretudo, um rito social, uma proteção contra a ansiedade e um instrumento de poder”.

Com a fotografia tem-se a facilidade de imortalizar não o mundo, mas uma parcela dele em nossas cabeças. Flusser (1985) afirma que uma fotografia não pode eternizar um evento, mas ela pode substituir um evento por uma cena. Ou

seja, um grande evento não sobrevive completamente em uma fotografia, apenas uma parcela dele, da qual gostamos de lembrar, seja por um motivo ou outro. Portanto, recriamos um acontecimento, privilegiando uma cena e, ao mesmo tempo, desmerecendo outro. Interpretamos nosso mundo, mas, ao fotografá-lo, também o reinterpretamos.

Quem fotografa, portanto, cria um mundo, um tempo e uma lembrança particular. Fotografar é um ato de poder, pois é ao mesmo tempo um ato de criar. Também Flusser (1985) nos diz que o ato de fotografar é um a mediação entre o homem e o mundo que o cerca; é uma maneira de representar esse mundo.

Ainda segundo Sontag (2004), as imagens, além de criar, recriam e também destroem. A popularização da fotografia também acompanhou a lógica de consumo, onde o que é consumido é destruído para ser substituído logo em seguida. Tornamo-nos mais conscientes de que tudo é inconstante, pois as câmeras nos lembram disso a cada clique que immortaliza um segundo qualquer. Tudo é transitório, portanto, passível – às vezes imprescindível – de ser immortalizado.

A força das imagens fotográficas está no fato de que elas são realidades materiais em si, depósitos de informação e um meio potente de tomar o lugar da realidade, pois, ao retratar a “realidade”, a fotografia a altera, transformando essa mesma realidade numa sombra do que é ou do que um dia foi.

Tendo todas essas considerações em mente, nos parece fácil compreender a reticência de grande número de historiadores em utilizar as imagens – e também as fotografias – como documentos. Criticar essas fontes é complexo, uma vez que elas são “mudas”, e traduzir o seu testemunho visual em palavras é muitas vezes uma tarefa árdua.

Além de todos esses problemas na crítica da fonte imagética – fotográfica –, Burke (2004) nos alerta para outro perigo ao analisar as imagens. Trabalhar com imagens é, antes de tudo, segundo ele, reconhecer as fragilidades desse tipo de documento. Para o autor, muitas fotografias fo-

ram produzidas com um determinado objetivo, “mas historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler as [...] ‘entrelinhas’ e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando” (BURKE, 2004, p. 18). Com as imagens corremos muito mais o risco de cometermos anacronismos, ou seja, projetar no passado, elementos do presente, que nos parecem familiares através das fotografias e retratos.

Levando em consideração todos esses “problemas” ao analisar uma imagem, não queremos dizer aqui que ela “é” ou “não é” confiável, mas que acreditamos, assim como Burke (2004), que as imagens podem apresentar diferentes graus ou formas de profundidade de análise, de acordo com a quantidade de signos disponíveis.

Nesse sentido, é importante considerar o quanto já foi “desvendado” sobre determinada época – nesse caso, o da produção da imagem – assim como a forma que encaramos o momento no qual vivemos, levando em consideração que nossa interpretação está indubitavelmente associada ao nosso meio, para que assim estejamos mais aparelhados para “ler” e, talvez, interpretar esses mesmos signos em seus diferentes contextos.

“Os testemunhos oferecidos pelas imagens têm um valor real” (BURKE 2004, p. 18), desde que sempre se tenha em mente, da mesma forma como lidamos com textos escritos, de que as imagens são, entre muitas coisas, construções culturais de uma época, testemunhos de arranjos sociais e maneiras e modos de ver o passado.

É por isso que, ao olharmos para uma fotografia, é importante perceber que não veremos o mundo “social” de uma época diretamente, e sim a visão de um sobre o outro. Ou seja, podemos ver uma imagem de gênero (por exemplo, a visão masculina sobre a mulher), uma visão de classe (por exemplo, a visão do rico sobre o pobre), etc. E ao ler esses signos, devemos encaixá-los em seus contextos, que são sempre plurais: social, político, religioso, material, etc.

Outro elemento que nos parece importante ao analisar uma fotografia é o fato de que diferentes épocas têm diferentes convenções artísti-

cas e estéticas. Por exemplo, ao nos depararmos com um retrato da década de 1930, alguns elementos logo nos saltam à vista. Primeiramente, tratar-se-á de uma fotografia em preto e branco, com tons de cinza. Em geral, os homens apareciam trajando ternos, que eram uma convenção social da época. Contudo, devemos imaginar que esse tipo de vestimenta, por seu preço diferenciado até os dias de hoje, não era comum na maioria dos guarda-roupas da época.

Em muitos casos, os estúdios fotográficos emprestavam essas roupas para que a fotografia saísse nos “moldes” então conhecidos. Com as mulheres acontecia o mesmo em relação aos vestidos, ou mesmo a outros adereços, como guarda-chuvas, chapéus, lenços, etc. O ambiente também era o de estúdio. Nesses pequenos detalhes já se pode perceber que nem sempre essa imagem resultante do retrato pode servir como indicativo de posição social. Outro elemento que quase sempre se mostra presente é o uso do bigode por parte dos homens. Mais uma convenção social da época.

Nesse caso, assim como em outros, muito mais importante do que o elemento que aparece

na imagem é aquele que não aparece. Por exemplo, que roupas essas pessoas usavam antes de vestir as roupas do estúdio? Que interesses tinham em se fazerem retratar daquela forma, e não de outra? Chartier (2002, p. 177) cita Bourdieu quando chama a atenção ao fato de que “a representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social”.

Aqui, mais uma vez retornamos à questão da fragilidade e do limite da fonte imagética. Contudo, devemos nos lembrar que o texto escrito também carece de semelhantes limitações, e o que está escrito muitas vezes oculta o que “realmente” ocorreu. Sendo assim, o importante também pode ser o que não está escrito.

Apesar de todos os percalços citados e dos muitos não citados – pois tentar esgotar todos seria uma hercúlea tarefa –, faz-se necessário investir nas fontes imagéticas, seja como quadros de representação social, seja como elemento que nos aponte características de comportamento de diferentes grupos socioculturais, em diferentes contextos e realidades.

Fotografias: uma possível análise

Tendo em vista as muitas propostas de análise de imagens e, por sua vez, de fotografias, advindas de vários autores, contextos e interpretações, propomos aqui uma maneira de analisar uma fotografia como um documento histórico.

Partindo do pressuposto de que uma fotografia é, de fato, um documento, acreditamos que uma das metodologias das mais abrangentes é a de Burke, no que tange à sua proposta de criticar um documento imagético; iconograficamente e iconologicamente. Contudo, tendo em vista que essa análise por si só mostra-se muitas vezes complexa, faz-se necessário levantar algumas considerações sobre o método que pensamos ser o mais acertado.

Os termos iconografia e iconologia ganharam expressão na história da arte durante as décadas de 1920 e 1930. Muito antes disso, iconologia já havia sido utilizado pela primeira vez por Cesare Ripa, em 1593, e iconografia já era um termo usado desde o séc. XIX por historiadores da arte em geral.

Seguindo pelas interpretações de obras de arte, os iconografistas enfatizavam o conteúdo intelectual dessas obras, sua filosofia implícita. Por exemplo, procurando simbolismos disfarçados em objetos do cotidiano, presentes em pinturas de cavalete, afrescos, etc. Para eles, as pinturas deveriam ser observadas, mas também “lidas”⁶.

Em suma, a iconografia seria, *grosso modo*, a leitura dos elementos que compõem uma imagem, primeiramente identificando os objetos, depois identificando os eventos que são ilustrados por

esses objetos. O último e mais denso nível dessa forma de análise era a iconologia, que visava encontrar o significado intrínseco dos objetos, ou seja, o que eles queriam dizer⁷.

Contudo, esse método foi bastante criticado, pois essa análise estruturalista, pela grande carga intuitiva, pode ser facilmente alvo de uma análise pós-estruturalista, ou seja, em rápidas palavras, “qualquer coisa” pode representar “qualquer coisa”.

A fase iconológica dessa análise também foi criticada por muitas vezes desconsiderar o social, criar uma metonímia – tomar uma parte pelo todo. Como bem já nos sinaliza Gombrich (1999), não se deve adotar a ideia de homogeneidade cultural de uma época, muito menos utilizar uma imagem para fazer isso.

Para Burke (2004), seria fácil demais simplesmente deixarmos de lado a análise iconográfica e iconológica das imagens; para ele é necessário utilizar essas ferramentas de outra forma, dando a elas outro enfoque. Mais do que isso, para Burke precisaríamos expandir o conceito de iconologia. Ainda segundo o autor, existem três enfoques principais que podemos lançar mão enquanto utilizamos a iconografia e a iconologia. Tais enfoques seriam: o enfoque psicanalítico, o enfoque estruturalista, ou da “semiótica”, e o enfoque pós-estruturalista.

O enfoque psicanalítico, baseado em grande medida nas ideias de Freud, prima pela interpretação subjetiva das imagens – sobretudo as mentais – dos indivíduos. O inconsciente, é claro, tem um papel de suma importância na criação e interpre-

6 Aos que já se referiram a “ler” uma obra de arte ou outro tipo de imagem, convém destacar aqui, além do artista francês Nicolas Poussin, do séc. XIX, já citado, o Papa Gregório Magno, que no século IV já defendia a importância de explicar as imagens aos fiéis, utilizando-as como ferramentas pedagógicas. Por fim mas não menos importante, convém citar na passagem do século XIX para o XX, o historiador da arte francês Emile Malé, que escreveu sobre a “leitura” das catedrais.

7 Em grande medida, essa maneira de pensar era a utilizada por iconografistas da cidade alemã de Hamburgo, na década de 1930, que ficaram conhecidos como Escola de Warburg. Entre eles, pode-se destacar Aby Warburg, Fritz Saxl, Erwin Panofsky e Edgar Wind.

tação dessas imagens. Contudo, para a crítica histórica, esse enfoque apresenta alguns problemas.

O primeiro deles seria que os historiadores, em geral, preocupam-se em remontar a história da coletividade, e não de um indivíduo. Quando o fazem, tentam encaixar esse indivíduo em uma coletividade, e as ações que fogem à regra são tratadas como “anomalias”. O segundo problema, mais óbvio, seria o de que, “psicanalistas trabalham com indivíduos vivos, enquanto historiadores não podem colocar atores mortos no sofá e ouvir suas associações livres” (BURKE, 2004, p. 215). Em suma, o enfoque psicanalítico das imagens é necessário, pois, de fato, as pessoas projetam fantasias em suas imagens; uma vez que, em geral, critérios acadêmicos não aceitam essa relação com o passado, já que as evidências cruciais – ou seja, as pessoas vivas e falantes – foram perdidas.

O enfoque pós-estruturalista tem como sua principal problemática, como já dito, a grande polissemia que podem significar qualquer coisa para qualquer intérprete. Essa instabilidade ou multiplicidade de significados também não serviria, de acordo com Burke (2004), para uma mais consistente análise histórica.

O caminho menos problemático, ainda segundo Burke (2004), e com o qual também concorda em linhas gerais Gombrich (1999), seria o enfoque da semiótica ou semiologia. Ou seja, ver a imagem em uma série de signos com diferentes significâncias em diferentes épocas, e também em diferentes esferas sociais.

Essa abordagem, não excluindo a iconografia – descrição dos signos – e nem a iconologia – tentativa de significar esses mesmos signos –, tem por objetivo situar as imagens em contextos sociais, ou seja, tratá-la de forma mais abrangente, fazer também um pouco de história social e história cultural das imagens. É isso o que tentaremos fazer adiante na presente pesquisa.

Segundo Burke (2004), precisamos iniciar a compreensão de uma imagem através da análise de seus elementos principais, ou seja, compreender o seu sentido, e mais tarde situá-la em seu contexto. Em grande medida, segundo o mesmo autor, a maioria das imagens não foi produzida

pensando nos historiadores futuros. Contudo, acreditamos que a fotografia analisada a seguir não se encaixa perfeitamente nesse modelo, uma vez que já é largamente conhecida a importância dada por Getúlio Vargas à propaganda. “Os criadores dessas imagens tinham seus próprios desejos, aspirações e objetivos quando as produziram” (BURKE, 2004, p. 43). Aqui devemos recordar da “leitura tripla” explicitada por Fontcuberta (2002). Essa leitura, a qual uma fotografia – e toda imagem – se permite, vale lembrar, nos fala do objeto em si, do sujeito e nos fala do próprio meio (FONTCUBERTA, 2002).

Levando em consideração as várias propostas e abordagens sobre os usos da fotografia para a história, selecionamos algumas perguntas que consideramos relevantes. Perguntas essas, com que podemos “indagar” uma imagem – nesse caso uma fotografia – e, dessas respostas, partir para uma análise mais aprofundada.

Não nos cabe aqui retomar o histórico de todas essas abordagens, mas podemos traçar um paralelo rápido entre alguns autores, a saber, Panofsky (2002), Paiva (2002) e Burke (2004). A seleção desses autores – sem detrimento dos demais – se deu dessa forma, pois nos parece que as perguntas que eles propõem para uma imagem se mostram as que abrangem uma análise mais aprofundada. Essas perguntas englobariam as análises *iconográfica* e *iconológica* de uma imagem. As perguntas seriam:

O quê? – uma identificação da imagem. O que ela é, uma fotografia? Preto e branco, a cores. Um quadro pintado? Se sim, qual seu estilo, qual escola a que ele pertence.

Quem? – se possível, identificar o autor da imagem. Sendo um quadro ou outra obra de arte, o autor, escultor, etc. Sendo uma fotografia, quem foi o seu fotógrafo.

Onde? – o lugar em que a imagem está. Em se tratando de um quadro, o lugar que ele tem a pretensão de representar. Sendo uma fotografia, que lugar – ou que parcela desse lugar – ela nos mostra. Além disso, é importante acrescentar o local de onde a imagem foi tirada, seja de livro, revista, acervo, ou fotografia de própria autoria.

Quando? – a data em que a imagem foi feita. No caso da fotografia, se possível identificar o ano em que ela foi clicada, pois isso nos revela muitos elementos, como a técnica utilizada pelo fotógrafo, as vestimentas das pessoas na foto e demais elementos.

Como? – Na medida do possível, quando as fontes permitirem levantar tais dados, serão contemplados elementos que auxiliem na interpretação da imagem, como o ângulo, a luminosidade, etc. Levando em consideração que tais dados podem nos revelar mais informações de como a imagem foi produzida, e que as próprias noções de luminosidade, ângulo e demais elementos podem variar de acordo com a época histórica. “Como” será contemplado, quando possível, na “contextualização histórica”.

Por quê? – motivo pelo qual a imagem foi criada, qual o objetivo que se pretendia quando ela foi criada. No caso da fotografia, qual o motivo de tal imagem, tal evento, ou tais pessoas terem sido capturadas daquela forma. Qual (is) objetivo (s) tinha em mente o fotógrafo, ou mesmo, quem o contratou?

Para quê e Para Quem? – Quando possível, será contemplado o possível uso da imagem, ou seja, para que finalidade ela foi produzida, qual o objetivo disso. Quando possível levantar dados como: “Para quem” ela foi produzida; a qual público ela se destinava. Aqui, mais uma vez, já que os objetivos e o público receptor de uma imagem podem variar de acordo com a época histórica, tais dados, quando presentes, serão contemplados na “contextualização histórica”.

Tema – uma explicitação maior além do título, no caso de uma obra de Arte plástica como um quadro ou uma escultura. Em se tratando de uma fotografia, às vezes ela pode carregar uma legenda, e às vezes essa mesma legenda pode não estar presente. Seja como for, analisar o tema a que a fotografia se propõe retratar naquele contexto.

Contextualização histórica – todos os dados que forem possíveis de ser coletados auxiliam na análise de uma imagem. Deve-se situar a imagem em seu contexto. Ou seja, há uma série de elementos em uma imagem que podem se

alterar em diferentes momentos históricos. Em nosso caso específico, as fotografias utilizadas se referem ao período em que ocorre a “Revolução de 1930”. Portanto, deve-se situar a técnica fotográfica utilizada na década de 1930; deve-se também atentar para os elementos das fotografias, tais como as vestimentas, o ângulo, o foco, a luminosidade, e mesmo as tendências artísticas que levaram o fotógrafo a retratar a imagem daquela forma. Mais do que isso, tentamos situar as fotografias aqui selecionadas no contexto “Revolução de 1930”, para que elas “trabalhem”, como documentos que são, e possam nos revelar mais detalhes. Pelo grande apelo visual da fotografia, nesse caso, tais detalhes que muitas vezes deixam de aparecer nos documentos escritos podem ser vislumbrados, analisados e podem se revelar de grande importância para uma maior compreensão de uma época histórica.

Seguindo tal abordagem de análise e interpretação nas fotografias, propomos lançar as questões anteriormente citadas em uma fotografia que mostra a chegada de Getúlio Vargas no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, logo quando a “Revolução de 1930” tornou-se “vencedora”.



Imagem 1 – *Getúlio Vargas chega ao palácio do Catete em 31 de Outubro de 1930.* Disponível em: *O Exército na história do Brasil.* Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército Editora, Salvador-BA; Odebrecht, 1998, p. 113. Reprodução da foto – Tiago de Oliveira Bruinelli.

O quê? *Getúlio Vargas chega ao palácio do Catete em 31 de outubro de 1930.* Nesse caso, a fotografia em questão apresentava legenda, e, portanto, consideramos essa legenda como o “título” da

referida imagem. Trata-se, além disso, de uma fotografia em preto e branco, pois, se presume, foi clicada na década de 1930, quando a fotografia era apenas em preto e branco, e as coloridas que havia eram assim feitas manualmente nos estúdios pelos fotógrafos.

Quem? Nesse caso, não conseguimos localizar o autor – o fotógrafo – dessa referida imagem. Trataremos, então, como uma foto com autoria desconhecida.

Onde? Essa fotografia apresenta um dos cômodos do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, sede do poder central do país naquele período. Atualmente desconhecemos onde pode estar a fotografia “original”, se é que ela ainda existe. O que existe são cópias, algumas disponíveis no arquivo do CPDOC⁸, no Rio de Janeiro, que acessamos por via digital. A fotografia utilizada está disponível na obra *O Exército na história do Brasil*, publicada no Rio de Janeiro – RJ, pela Biblioteca do Exército Editora, Salvador-BA; Odebrecht, edição de 1998, na página 113.

Quando? Como já dito, a fotografia continha uma legenda. Nesse título constava o clique no dia 31 de outubro de 1930. Podemos aceitar essa data, mas nunca podemos ter certeza, pois é sabido que muitas fotografias podem ser tiradas antes ou mesmo depois de alguns eventos, com o objetivo de recriar algum acontecimento, por diversos motivos, desde a falta de um fotógrafo na ocasião, por exemplo. Aceitaremos, pois, a data dessa fotografia como sendo 31 de outubro de 1930.

Por quê? Não se pode ter a certeza do motivo que levou o fotógrafo a retratar esse acontecimento. Contudo, por alguns elementos da imagem, podem-se perceber alguns dados. A fotografia em questão, por exemplo, tem os traços típicos de uma “fotografia oficial”, pois nela nota-se o cuidado com o enquadramento, dando ênfase a um personagem principal – nesse caso, Getúlio Vargas –, a disposição das outras pessoas e demais elementos na foto, e também um cuidado com a vestimenta. Acreditamos que pela

já documentada preocupação de Getúlio Vargas com a sua imagem pública, essa fotografia destinava-se a ser mais uma propaganda, uma maneira de sutilmente dar o tom do que ficou conhecido como “Revolução de 1930”. E aos historiadores futuros ela serviu – e serve – de muitas formas, ora para louvar, ora para criticar sua campanha e seu posicionamento político.

Tema: O tema, em primeiro plano, é Getúlio Vargas e membros de seu círculo pessoal quando chegam ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Como já dito, aceitamos a data de 31 de outubro de 1930. Na fotografia, temos apenas um pequeno instante desse movimento maior que foi a “Revolução de 1930”, ou seja, sua “vitória”, com a chegada do líder Getúlio Vargas à sede de poder no Rio de Janeiro.

Contextualização histórica: Em âmbito mundial, os anos 1920 fizeram parte dos chamados “anos loucos”, o período entre guerras mundiais; onde, entre outros acontecimentos, houve um maior uso da fotografia, maior difusão do rádio e do cinema, com o surgimento de diversos estúdios cinematográficos em Hollywood, como a Warner Brothers e a MGM. Esse período também viu o início da era stalinista na Rússia, em 1926, e a ascensão de grandes líderes de caráter fascista, tais como Mussolini na Itália, em 1922. Houve também um incremento do poder da Igreja Católica, uma vez que em 1929 Mussolini assina o Tratado de Latrão com a Igreja, reconhecendo o Vaticano como país independente.

Contudo, ainda em 1929 deu-se o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que acabou afetando uma série de países, uma vez que o capital estava bastante globalizado já naquele momento. No Brasil, o movimento modernista tem seu início em 1922, com a Semana de Arte Moderna em São Paulo e com a publicação do Manifesto Antropofágico, com o objetivo de reunir escritores, poetas, pintores, músicos e demais artistas brasileiros no sentido de fazer as artes do país romper com os padrões europeus. Esse movimento clamava, entre outras coisas, por uma arte e por uma cultura mais nacionalistas. No Brasil ainda via-se a fundação do Partido Comunista em 1922.

8 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br.

Além disso, a crise financeira que se abateu sobre o Brasil, como um dos reflexos diretos da queda da bolsa de valores nova-iorquina em 1929, fez com que o poder dos produtores de café diminuísse. Essa mudança no cenário político e econômico fez aumentar os descontentamentos, sobretudo com os rumos da política nacional. A “Revolução de 1930” ocorreu, em grande medida, pois houve um grande descontentamento de setores do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais com o resultado das eleições de 1929.

Nesse cenário tanto política quanto economicamente conturbado, inovações tecnológicas no campo das mídias andaram de mãos dadas com a ascensão de líderes de caráter fascista, que souberam aproveitar o poder de propagação ideológica dessas mídias de forma bastante contundente. Um desses líderes foi Benito Mussolini, na Itália, que, como se sabe, era bastante admirado por Getúlio Vargas. Muitos dos elementos da propaganda pessoal que Mussolini envolveu sua figura política podem ser encontrados também na promoção da imagem pessoal de Getúlio Vargas. Nesse mundo de propaganda, a imagem mostrava-se cada vez mais essencial.

No governo Vargas, como já é bem sabido, a propaganda teve um papel fundamental. Logo após a consolidação da vitória dos revolucionários de outubro de 1930, que depuseram o presidente Washington Luís e entregaram a chefia do Governo Provisório a Getúlio Vargas, começaram a ser dados os primeiros passos em direção à organização da propaganda política no plano nacional, consubstanciados na criação, em 2 de julho de 1931, do Departamento Oficial de Publicidade.

Na imagem vemos uma série de pessoas, dispostas em aproximadamente três fileiras. Pelo ângulo da fotografia, pode-se ver que o fotógrafo deu grande preferência pela pessoa de Getúlio Vargas, uma vez que ele representa o ponto central do primeiro plano da fotografia.

Ao lado direito de Getúlio (lado esquerdo de quem olha a imagem), nota-se um grupo de mulheres, em que mais se destaca é uma mulher que usa um vestido claro, chapéu, estola, e na mão segura um ramalhete de flores brancas. Ao lado esquerdo de Getúlio, vemos dois homens na

primeira fileira, sendo que eles parecem segurar uma bandeira, onde se pode ler a seguinte inscrição, em 3 linhas: “24-10-930. EIS A PAZ!.. ENTRE NÓS SALVE. 31-10-930”.

Do mesmo lado, o homem que veste um terno branco, segura o que parece ser um microfone de pedestal, de modelo contemporâneo à época da fotografia.

Todos os homens na fotografia estão trajando ternos, exceto o principal da fotografia, que é Getúlio Vargas. Ele usa um uniforme de caráter militar, a julgar por alguns elementos como a série de botões na região do peito e a cor que nos remete ao cáqui dos uniformes militares; também pelas botas de cano alto, pela cinta de fivela grande e o suporte sobre o ombro, com o objetivo de suportar o peso de um coldre, para revólver ou pistola. Na mão ele segura um objeto que nos parece pouco nítido para surtir daí uma tentativa de identificar de que objeto se trata.

Nos planos posteriores, nota-se a presença de uma série de pessoas que se esforçam para aparecer na fotografia, inclusive um deles, logo atrás de Getúlio Vargas, põe uma das mãos sobre seu ombro. Em geral, as expressões faciais vão de séria solenidade a ensaios de sorrisos mais ou menos espontâneos.

No plano de fundo, pode-se perceber a presença de cortinas esfraldadas; pelo fecho de luz situado logo atrás de Getúlio Vargas, pode-se perceber tratar-se de uma janela. Pode-se observar que se trata de uma fotografia tirada no interior de um recinto.

Partindo para o que Burke (2004) classifica como a análise iconológica, podemos recorrer ao que sabemos sobre a personalidade e/ou sobre o evento em questão para nos apoiar na interpretação de alguns elementos da fotografia.

Como centro de destaque da fotografia está Getúlio Vargas, que em 1930 encabeçou um processo conhecido como “Revolução de 1930”, um movimento em que um dos elementos de maior ênfase foi a forte oposição ao resultado da eleição daquele ano. Não vamos nos reter aqui a maiores discussões sobre esse ocorrido, uma vez que julgamos mais oportuno deixar essa discussão para um capítulo posterior. Em linhas gerais,

todavia, esse movimento dito “revolucionário” tinha por objetivo acabar com a alternância de poder entre candidatos à presidência de Minas Gerais e São Paulo, o que ficou conhecido entre os historiadores brasileiros como “República do café com leite”.

Primeiramente, Getúlio Vargas, um político conhecido por sua grande preocupação com sua imagem, é o único na fotografia a trajar um uniforme militar. Mais especificamente, ele não traja um uniforme do Exército Brasileiro, cujas forças, em grande medida, apoiaram o então presidente Washington Luís. Ele veste a farda Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, cuja grande maioria dos oficiais e subalternos lhe devia obediência. Mais especificamente, ele veste o uniforme conhecido como “papo-roxo”, utilizado pela Brigada Militar do estado entre 1923 a 1946.

Por tratar-se de uma fotografia em preto e branco, é impossível distinguirmos a cor do uniforme e mais especificamente, a cor da gola da camisa, que por ser roxa apelidou a indumentária entre as tropas que a vestiam. Contudo, esse foi o uniforme utilizado por Getúlio Vargas, numa clara mensagem de que naquele momento a Brigada Militar tinha mais autonomia política e força militar do que o Exército Brasileiro.



Imagem 2 – Uniforme conhecido como “papo-roxo”. Usado pela Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul entre 1923 e 1946. Disponível no Museu da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. Foto de Tiago de Oliveira Bruinelli.

Na fotografia anterior, percebe-se que o cinto do uniforme é preso por um suspensório duplo, com o objetivo de dar mais sustentação ao peso que o militar irá carregar. Esse peso engloba, entre outras coisas, sua arma lateral (pistola ou revólver), cantil, munição sobressalente das armas principais (rifle ou fuzil) e lateral. No uniforme de Getúlio Vargas, percebe-se apenas uma alça de suspensório, enviesada sobre seu ombro. Isso se explica pelo fato de Getúlio não trajar um uniforme de baixo escalão da Brigada Militar, e, portanto, seu equipamento padrão como oficial de mais alto posto ficava reduzido a uma arma lateral, sem o excesso de peso.

Do lado esquerdo de Getúlio (direito de quem olha a imagem) está uma dupla de homens que seguram uma bandeira. Nessa bandeira, há um lema que fala da paz. Essa “paz”, é claro, estava atrelada à época do fim do conflito, da deposição de Washington Luís, e do recebimento por parte de Getúlio Vargas, de sua junta governativa, encabeçada por Oswaldo Aranha, o governo da República.

Na mesma bandeira aparecem duas datas: 24 de Outubro de 1930 foi o dia em que tropas marcharam até o Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro, cercando Washington Luís e seu ministério. Foi também o dia de um grande número de adesões ao movimento, por parte de integrantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Marcou também a capitulação das forças da Polícia Civil, e a libertação de grande número de prisioneiros políticos.

A outra data, 31 de outubro de 1930, marcou a chegada de Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro, onde em cerimônia no Palácio do Catete receberia o governo da República de sua junta governativa, quatro dias mais tarde (3 de novembro de 1930).

É interessante notar que um dos homens que segura essa bandeira traz um microfone. É já bastante conhecida a importância do rádio como meio de comunicação. Tanto no Brasil como fora dele surgiam a cada dia novas organizações que se transformavam em instituições, aumentando cada vez mais o alcance e o impacto das notícias através do rádio (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 187).

Através da difusão radiofônica, o governo de Getúlio Vargas – já iniciado em 1930, e implantado em sua linha mais radical em 1937, com o conhecido Estado Novo – objetivava difundir a sua ideologia. Como já citado, o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), criado em 1931, mais tarde dará origem ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).⁹

A propaganda que tinha o rádio como um de seus motores principais, levou também à criação, pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), da *Hora do Brasil*, um programa transmitido diariamente por todas as emissoras de rádio, com duração de uma hora, que tinha como um dos objetivos principais; divulgar acontecimentos da nação. Bem mais tarde, já em 1938, o DNP iria proibir as transmissões radiofônicas em japonês, alemão e italiano. Essa informação, por si só, nos revela a importância do rádio no período.

As ações do DNP e posteriormente do DIP não se restringiram ao uso da propaganda através do rádio. Havia também a preparação de pequenos filmes, que eram exibidos entre as sessões de cinema com o objetivo de divulgar as ações de Getúlio Vargas. Essas agências eram verdadeiras centrais de vigilância do governo Vargas, que lançavam mão de atos repressores contra a imprensa escrita e falada. Censuravam músicas, empastelavam jornais, ao mesmo tempo em que incentivavam o uso de cartilhas escolares, festivais de música “nacional”, viagens turísticas pelo Brasil, com o objetivo enaltecer as belezas naturais do país. Muito mais do que isso, foi a força da propaganda do DIP – inclusive pelo rádio – que cunhou na nação brasileira, a imagem de Getúlio Vargas como o “pai dos pobres”.

Getúlio Vargas lançava mão tanto da imprensa escrita como do rádio e do cinema co-

mo formas de expressão de seu governo. Nas palavras de Burke (2004), ele se encaixa perfeitamente na figura de um líder que se pretende democrático, que tenta passar uma imagem que provém do povo, conversa com trabalhadores humildes, e beija bebês em comícios e passeatas (BURKE, 2004)

Não constitui foco dessa pesquisa versar sobre as diversas formas propagandísticas utilizadas pelo governo de Vargas e por suas agências. Contudo, salientamos essas informações para alicerçar uma proposição anterior nossa: a de que as fotografias – principalmente esta que está sendo analisada – não são documentos isentos e imparciais. De fato elas não são e nem poderiam ser. Nesse caso, estamos diante de um material produzido com o objetivo de cultivar a imagem de Getúlio Vargas como líder natural e centralizar o máximo possível de aspectos da vida brasileira do período na figura desse líder.

Segundo o professor Maurício da Silva Drummond Costa, em entrevista ao site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU,¹⁰ o modelo de propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda, futuro departamento de imprensa do governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, foi profundamente inspirado nos modelos fascista e nazista. Ainda segundo ele, Lourival Fontes, homem forte do DIP, era profundo admirador de Benito Mussolini, o ditador fascista italiano.

Segundo Peter Burke, a época da democracia tendia a representar seus líderes e enfatizar seu caráter atlético, a sua juventude e virilidade. Mussolini, por exemplo, gostava de ser fotografado correndo, com uniforme militar, ou com o peito desnudo (BURKE, 2004). Isso contrasta um pouco com a imagem de Getúlio Vargas, que não era assim tão atlético e praticava o gol-

9 Convém frisar que a criação do DIP não foi uma “sequência” do DOP. A criação do DIP foi precedida, no tocante à divulgação das iniciativas governamentais, por três outros órgãos – o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) – que se sucederam a partir de 1931. Contudo, nenhum deles, por suas esferas de atuação, teve um grau de autonomia e influência como teria o DIP mais tarde.

10 COSTA, Maurício da Silva Drummond. *Paixão nacional*. O esporte como propaganda política nos governos Vargas e Perón. 12-8-2008. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=15847

fe, um esporte de pouco apelo sobre as camadas mais populares.¹¹

Voltando mais uma vez à fotografia, do lado direito de Getúlio (esquerda de quem olha a imagem), está uma mulher que segura um ramallete de flores brancas em sua mão. Seria a cor branca das flores, uma referência à “paz”, que agora parecia ser a tônica do novo governo? Seria também essa proposta de paz uma referência à negação de anistia aos revolucionários por Washington Luís ao assumir a presidência em 1926, e que agora, assim como ditava a campanha política de Getúlio, seria adotada pelo novo governo?

Utilizando apenas essa fotografia, nos parece impossível extrair uma resposta mais exata. Contudo, como a fotografia também não apresenta legenda e não foi encontrado nenhum texto que a torne mais viável, traduzindo-a em palavras,

podemos no máximo especular e aceitar, em última análise, a limitação dos dois tipos de fontes documentais: escritas e imagéticas.

Tanto o documento escrito como o imagético surgiram como “suportes da verdade”, como testemunhos, ou ainda como suportes de algum discurso, tenha ele com a intenção que tiver. Contudo, pela expressividade que tem a imagem, pela facilidade com que ela nos *convence*, com que ela capta nossos sentidos, uma imagem tem uma maior noção de “realidade”, mesmo que, como alerta Fontcuberta (2002), na cultura das mídias os conceitos de falso e verdadeiro perderam qualquer validade. As fotografias tendem, quase sempre, a transmitir algum tipo de conhecimento, uma noção particular de real, uma interpretação do mesmo, de forma mais explícita ou menos, e também de forma implícita.

11 Ibidem.

São Leopoldo e a “Revolução de 1930”

Tendo em vista a pouca documentação referente à participação da cidade de São Leopoldo na “Revolução de 1930”, utilizar-se-á como fonte primária, a Revista do Globo, de 1931, editada um ano depois da vitória dos revoltosos. Pelo caráter do documento, há momentos de linguagem enaltecadora, em que muitas vezes o discurso preza mais pela emoção e aprovação do que exatamente pela “imparcialidade”, se é que algum documento – escrito ou imagético – consegue sê-lo, de fato.

Em artigo de 1975, René Gertz (1975, p. 65) já afirmava que, “fontes escritas sobre São Leopoldo de períodos muito anteriores são muito mais facilmente encontráveis dos que o do período em apreço”. Além do mais, dadas as poucas fontes disponíveis, em sua grande maioria jornais e atas da Câmara Municipal de São Leopoldo sinalizam vozes fortemente partidárias, muitas fontes se resumem aos enfrentamentos políticos. De fato, nossa situação ao tentar versar sobre esse tema tantos anos depois nos joga em uma situação semelhante a do supramencionado autor.

Como dito anteriormente, a “Revolução de 1930”, com sérias discussões, ainda se mantém como um importante marco histórico na política, na economia, e em diversos outros setores da história do Brasil, e, sobretudo, do rio Grande do Sul.

Mesmo com as dissidências políticas que mais tarde seriam combatidas pelo Estado Novo, na eleição de 1929/30, forças políticas do PRR congregam para um objetivo comum. A derrota nessas eleições é que, de fato, sinalizam a recaída (GERTZ, 1975, p. 67).

Em São Leopoldo, o Partido Republicano não era de fato expressivo. Contudo, a ideia republicana era amplamente difundida. A proclamação da República não causou grande euforia no município. Os representantes mais conservadores passaram timidamente para o Partido Republicano. Contudo, logo em seguida, mui-

tos deles entraram em divergências, mudando frequentemente de governo, até que em 1891 a Assembleia Constituinte aprovou a Constituição Estadual e elegeu Julio de Castilhos como presidente do estado.

Quando Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional, muitas vozes se levantaram contra ele em todo o Brasil. Julio de Castilhos, contudo, mostrou-se simpático a ele e, segundo alguns, até mesmo simpático ao fechamento do Congresso, o que o faz ser deposto quando Deodoro deixa o governo. Como bem salienta Helga Piccolo, essa visão é fortemente a visão comteana de governo do PRR, pois a ela estava atrelada a noção de manutenção da segurança e da democracia. “O conceito de liberdade era o da liberdade espiritual” (PICCOLO, 1991, p. 10). Ainda em 1891, castilhistas instalam o “governicho”, e logo são perseguidos por todo o Rio Grande do Sul. Contudo, em 17 de junho de 1892 Julio de Castilhos retoma o poder.

Em São Leopoldo, em 28 de setembro de 1891, realizam-se eleições para o Conselho Municipal, onde são eleitos – por ordem do mais votado ao menos votado – Carlos Hennemann, Jacob Kroeff Filho, Felipe Bohrer, Manoel José da Silveira, Felipe Leopoldo Matte, Frederico Kraemer e José Finger (GERTZ, 1975, p. 68). Esses conselheiros deveriam assumir em 1º de dezembro do mesmo ano, mas uma Comissão Administrativa dos Negócios de São Leopoldo, em 30 de novembro de 1891, contestou a autoridade desses conselheiros.

Uma relativa tranquilidade se estabelece na vida política do município, entremeada com algumas crises até a “Revolução de 1930”. A Revolução Federalista não causou grande intensidade em São Leopoldo, tanto que a calma do intendente da cidade, José de Paula Fogaça, é elogiada (GERTZ, 1975). Parte deste intendente a ideia de

constituir um grupo de voluntários para manter a ordem durante a Revolução Federalista, pois tropas do governo, que transitaram pelo município naquele contexto, causaram uma série de perturbações, como bebedeiras, violência contra membros da população, e roubo de cavalos. Aliado a isso, José de Paula Fogaça consente em receber em São Leopoldo refugiados de Lajeado e Estrela, considerados revolucionários que atacaram o município de Taquara-RS.

Atitudes como essa desagradam o governo estadual. Além disso, em 1896, José de Paula Fogaça, eleito intendente por voto popular, desentende-se fortemente com Julio de Castilhos em 1899. Tanto é que Castilhos exige a presença de Fogaça no Palácio do Governo para nomear um novo intendente para São Leopoldo. Fogaça nega-se a aceitar essa imposição.

Os motivos pelos quais se dá o desentendimento entre Fogaça e Castilhos são ainda um tanto quanto obscuros. Mas jornais de época informam que “os motivos alegados da crise são o excessivo número de funcionários contratados e a colocação de membros da família em cargos municipais, mas desconfia de outros mais profundos” (GERTZ, 1975, p. 69).

O governo estadual decreta Fogaça culpado por esses motivos – e talvez outros desconhecidos – e envia um destacamento da Brigada Militar para encerrar o assunto. Apesar do envio de um novo chefe do PRR para São Leopoldo, José de Paula Fogaça se mantém como intendente até ser condenado por contrariar a Constituição, ainda em 1899. Quando recebe a ordem de deixar o governo, ainda tenta nomear seu irmão, José Joaquim Junior como subintendente; ato considerado sem efeito. Há um governo provisório até 1900. Em 1902 assume o coronel Guilherme Gaelzer Neto, apelidado de “Kaiser de São Leopoldo”, que é eleito sucessivamente em 1904, 1908 e 1912 (GERTZ, 1975, p. 70).

Com a chegada de novas eleições em 1916, surge nova cisão política e não se chega a um acordo sobre um candidato único. Para resolver rapidamente a questão, Julio de Castilhos interveém, escolhendo ele próprio um candidato para conciliar a situação: o escolhido foi Gabriel

Azambuja Fortuna, diretor da colônia de Passo Fundo-RS. Azambuja Fortuna governa interinamente – uma vez que as eleições foram canceladas – até 1919, quando renuncia, juntamente com os membros do Conselho Municipal. Mais uma vez precisando intervir, Julio de Castilhos envia seu secretário particular, Mansueto Bernardi, para tentar reorganizar a política leopoldense.

Após Mansueto Bernardi (1920-1923), seguem no governo várias pessoas, até a eleição de João Correia Ferreira da Silva, que inicia seu mandato em 1924, mas não o completa, pois faleceu em 1928. É nesse momento que o Partido Republicano se movimenta e indica Theodomiro Porto da Fonseca como candidato principal, e seu vice, Luiz Lourenço Stabel.

No mesmo ano, fortalece-se o Partido Liberal em São Leopoldo que, apesar de estar em maior evidência, não lança nenhum candidato e promete apoiar Theodomiro. Dessa forma, esse político assume seu longo mandato, até 1944.

Segundo René Gertz (1975), muitas fontes indicam que Theodomiro Porto da Fonseca realizou um trabalho eficiente como intendente do grande município, que na época era composto por 10 grandes distritos – muitos atualmente também independentes – como Bom Jardim, Estância Velha, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Palmeira, Lomba Grande, Sapucaia do Sul, Boa Vista do Herval e Joaneta.

Theodomiro adquiriu logo no início do seu governo uma pedreira perto de Sapucaia do Sul, obtendo maior vantagem no oferecimento de material à empresas de cimento de Porto Alegre. Concluiu também os trabalhos da usina hidrelétrica da Toca, e construiu o cais no Rio dos Sinos. Além disso, implantou serviço de esgoto cloacal, entre outras importantes obras.

Quando em 1929 se iniciaram as alianças políticas que levariam Getúlio Vargas como candidato à presidência da República, o município de São Leopoldo se mantém firme em sua decisão de apoiar Vargas. Em 19 de agosto de 1929, por exemplo, no Theatro Independência se instala o Comitê Central Leopoldense pró-Getúlio Vargas – João Pessoa.

Na ocasião, São Leopoldo contava com 47 mil habitantes (GERTZ, 1975). Contudo, nas eleições estaduais de 1929, contabilizara apenas 1383 votos. O Comitê pró-Getúlio Vargas tinha em mente realizar uma campanha em frente dupla. Além de incentivar os mais desmotivados a votar, também trabalhou com as professoras do ensino primário do município para alfabetizar o maior número possível de eleitores adultos, uma vez que o artigo 70 da Constituição de 1891 negava aos analfabetos o direito de voto. Tencionava-se obter em São Leopoldo um mínimo de quatro mil votos para Getúlio Vargas.

Nesse clima de grande apoio, Vargas visitou o município de São Leopoldo no dia 15 de novembro de 1929, reunindo uma caravana com mais de 100 automóveis e mais de 400 cavaleiros. Um dos motivos da visita seria inaugurar algumas obras, entre elas, o Hospital Centenário, cuja construção o estado auxiliou com a vultosa quantia de 30 contos de réis. Além disso, Getúlio visitaria também o 8º Batalhão de Caçadores (8º B.C.), aquartelado em São Leopoldo.

Logo quando o resultado das urnas é a derrota de Getúlio Vargas e as forças do Partido Republicano começam a se alinhar no sentido de darem o golpe, ações nesse sentido já se faziam sentir em São Leopoldo.



Imagem 3 – Oficialidade do 8º B.C. Fotografia disponível no Museu da Brigada Militar, em Porto Alegre-RS. Reprodução da foto – Tiago de Oliveira Bruinelli.

O quê? Fotografia em preto e branco, que mostra a oficialidade do 8º B.C. (Batalhão de Ca-

çadores), aquartelado no município de São Leopoldo, no então distrito de Esteio.

Quem? A autoria da foto é desconhecida.

Onde? Não temos a indicação de onde a fotografia foi clicada. A fotografia em questão está disponível no Museu da Brigada Militar, em Porto Alegre-RS. A única legenda disponível na foto não informa o local e a data onde ela foi tirada e ela não apresenta mais nenhum elemento que nos permita situar o local. As únicas referências são as paredes de um prédio, em plano de fundo, que podem ou não pertencer ao quartel do 8º B.C. Contudo, mais uma vez, o local onde ela foi clicada não interfere na análise dos elementos aí presentes.

Quando? Presumimos que foi clicada entre 1929 e 1930, quando a oficialidade do 8º B.C. começou a ser cooptada pelo major Theodomiro Porto da Fonseca, que reunia forças para a “revolução”. Repetidas vezes, membros do 8º B.C. reuniram-se com ele.

Por quê? O motivo específico da fotografia pode nunca nos ser revelado. Contudo, trata-se de uma fotografia com bom enquadramento (mesmo que a qualidade da imagem atualmente esteja reduzida), que tem por intenção retratar os membros da oficialidade do 8º B.C. Pelo enquadramento, ela tem elementos de uma “fotografia oficial”.

Tema: O tema, em primeiro plano, é a exposição dos membros da oficialidade do 8º B.C. de São Leopoldo. Por falta de legenda e de outras fontes e pela baixa qualidade da imagem, não nos foi possível localizar e mesmo identificar as pessoas que presentes na fotografia.

Contextualização histórica: No início de agosto de 1930 o intendente de São Leopoldo, major Theodomiro Porto da Fonseca, recebeu do então presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, a incumbência de conseguir a adesão à causa revolucionária, do tenente-coronel Galdino Luis Esteves, comandante do 8º B.C., aquartelado na cidade de São Leopoldo.

Um dos problemas nesse caso e que mais causou inconveniências aos revoltosos em São Leopoldo foi justamente o 8º B.C., cuja liderança era

incerta. Galdino Luis era comprometido com os revolucionários, mas igualmente com seu general, obediente a Washington Luís. Isso o obrigava a fazer um jogo duplo, que Getúlio Vargas igualmente fazia. Essa incerteza quanto à confiança no comando do 8º. B.C. fez Getúlio Vargas alertar, em julho de 1930: “cuidados especiais com as guarnições de Caxias, São Leopoldo e Cachoeirinha que estariam muito bem trabalhadas e com os comandos precários” (GERTZ, 1975, p. 77).

O major Theodomiro sabia que o tenente-coronel Galdino tinha grandes reservas em aderir à causa revolucionária. Para convencer Galdino da importância e da eficácia do movimento, Theodomiro o convence a iniciar conversações com Osvaldo Aranha. Essa conversa se deu em 23 de agosto de 1930, entre as 14 e 15h, na pedreira municipal, localizada a 1 km da cidade de São Leopoldo, na estrada de Porto Alegre.

Mesmo depois dessa reunião, Galdino ainda não se mostrava inclinado a participar do movimento. Ele até se propôs a aderir à causa dos revoltosos, mas se recusava a promover a sublevação da unidade que comandava. Para contornar essa situação, Theodomiro começou uma intensa propaganda entre os integrantes de mais baixo escalão do 8º B.C., o que surtiu em adesões – ditas sinceras – do tenente João Prates Machado, dos sargentos Carlos de Andrade Leão, Ananísio dos Santos Fonseca, e de outros oficiais menos graduados.

O major Theodomiro Porto da Fonseca, juntamente com o comandante Galdino Luis Esteves, traçaram um plano de ação. Dentre as resoluções tomadas, deveria haver a tomada do quartel – forjada e previamente combinada – e a prisão dos membros do 8º B.C., incluindo o próprio comandante. Além disso, o quartel deveria ser tomado por elementos civis, sob o comando do major Theodomiro, o que já estava previamente combinado com elementos do Batalhão.

Para que essa ação fosse levada a cabo de forma eficaz, Theodomiro reuniu 150 homens de São Leopoldo, com o objetivo de pavimentar e tornar transitável para veículos e tropas um trecho de estrada que ligava São Leopoldo a Porto Alegre. Foi arquitetado um plano para despistar

o general Gil. Sobre esse plano, que recebeu o apoio de Lindolfo Collor, o jornal A Federação publicaria uma nota, declarando o estado como autorizador daquela obra, pois se alegava a péssima condição em que se encontrava aquela rodovia. Contudo, em 6 de setembro de 1930, o 8º B.C. foi transferido para o Morro do Menino Deus, em Porto Alegre, o que fez esse plano não sair do papel.

Mesmo assim, o major Theodomiro mantinha estreita comunicação com os conspiradores, servindo também como intermediário entre os chefes revolucionários e o comandante Galdino.

No dia 2 de outubro de 1930, o major Theodomiro entregou ao comandante do 8º B.C., uma carta de Osvaldo Aranha, em que lhe era designada a missão do seu batalhão. No dia seguinte – 3 de outubro – o 8º B.C. tomou conta do Morro do Menino Deus, rendendo as forças federais que se encontravam lá aquarteladas. Cumpriu-se assim a missão designada por Osvaldo Aranha no dia anterior.

O major Theodomiro, satisfeito com o andamento das ações em São Leopoldo, conclamou a população a participar mais ativamente do movimento. Em 8 de outubro de 1930, ele lançou um discurso carregado de emoção e de retórica revolucionária:

O Brasil está vivendo uma hora histórica. De todos os seus filhos reclama o cumprimento sagrado do dever [...] O Rio Grande do Sul – sentinella do Brasil – já fez soar os seus clarins guerreiros [...]

A gauchada avança, para vencer ou para morrer [...] São Leopoldo, acompanhando a onda vermelha que sacode o Brasil de Sul a Norte – quer cumprir o seu dever com honra até o fim. O primeiro compromisso que tínhamos assumido, por meu intermédio, com a “revolução” Patriótica – este já foi em parte resgatado, e galhardamente, pela brava mocidade do 8º B.C. Quando em 1º de março, elegemos Getúlio Vargas Presidente da República Brasileira, nos comprometemos sustentar e fazer valer nossos votos, de carabina em punho se fosse preciso [...]”¹²

12 Trechos do discurso proferido por Theodomiro Porto da Fonseca, no dia 8 de outubro de 1930. *Revista O Globo Especial “A ‘revolução’ de Outubro de 1930”*, p. 137-138. Disponível no acervo do Museu da Comunicação



Imagem 4 – Oficiais da Coluna Lindolfo Collor, organizada por Theodomiro Porto da Fonseca, e o coronel Claudino Nunes Pereira (de branco), comandante da Brigada Militar. Fotografia disponível no Museu da Brigada Militar, em Porto Alegre-RS. Reprodução da foto – Tiago de Oliveira Bruinelli.

O quê? Oficiais da Coluna Lindolfo Collor, batalhão criado e batizado por Theodomiro Porto da Fonseca, em 1930.

Quem? A autoria da foto é desconhecida.

Onde? Não foi possível apurar o local exato onde a fotografia foi clicada.

Quando? A Coluna Lindolfo Collor foi criada em 10 de outubro de 1930, quando Theodomiro recebeu autorização oficial para criar um grupo de homens armados e fiéis à causa revolucionária. A data precisa da fotografia nos escapa, contudo, uma vez que ela mostra o próprio Theodomiro como personagem central (de terno cinza, no centro) e sabendo que foi ele o organizador do batalhão a partir de 10 de outubro de 1930, e sabendo que a Coluna Lindolfo Collor rumou para o front em 20 de outubro do mesmo ano, podemos situar essa foto entre os dias 10 e 20 de outubro de 1930.

Por quê? Com enquadramento de “fotografia oficial” pelo ângulo, pela disposição das pessoas na foto e pelo cuidado com que elas estão dispostas. Acreditamos que a intenção era associar a figura do novo batalhão com a figura de Theodomiro Porto da Fonseca, intendente de São Leopoldo na ocasião.

Tema: Oficiais da recém criada Coluna Lindolfo Collor, tendo o major Theodomiro Porto da Fonseca (de terno cinza) e o comandante da Brigada Militar, coronel Claudino Nunes (de terno branco) ao centro, como figuras de destaque.

Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre. Reprodução do documento – minha autoria.

O primeiro, por receber autorização para criar o batalhão, e o segundo, por oferecer equipamento e treinamento aos membros da coluna, através de quartéis da Brigada Militar.

Contextualização histórica: No dia 10 de outubro de 1930 o major Theodomiro recebeu autorização oficial para organizar um grupo de homens, constituído por dois batalhões com 321 homens cada um sob o seu comando. Esse grupo teria a denominação de “Coluna Lindolfo Collor”, em homenagem ao filho do município de São Leopoldo.

No dia 12 de outubro completou-se o efetivo de um dos batalhões, mesmo que para isso fosse necessário o desligamento de muitos praças para que se incorporassem ao 8º B.C., reorganizando-se no município de São Leopoldo. Esse primeiro batalhão foi designado com o número 47 e sua comandância foi assumida pelo capitão de reserva da Brigada Militar, Feliciano de Paula Gutterres Júnior, indicado pelo próprio major Theodomiro.

Nas companhias que estavam sendo formadas, havia um grande número de combatentes voluntários. O 47º Batalhão Auxiliar (B.A.), como ficou conhecido, ficou de prontidão no quartel do 8º B.C., que rumou para o *front* no dia 20 de Outubro de 1930.

Ainda sobre a mesma fotografia (Imagem 4), vemos a oficialidade da “Coluna Lindolfo Collor”. Um detalhe que não nos escapa ao nos depararmos com essa fotografia é o fato de que todos os que estão nela vestem os uniformes da Brigada Militar, menos Theodomiro Porto da Fonseca (ao centro, do lado direito de quem olha, de terno cinza), e o próprio comandante da Brigada Militar, o coronel Claudino Nunes (no centro, à esquerda de quem olha, de terno branco).

Tanto o coronel Claudino Nunes como Theodomiro Porto da Fonseca, que era major, eram membros da hierarquia militar gaúcha. Os motivos que os levam a não vestir seus uniformes nos escapam. Sobre Theodomiro, talvez poder-se-ia argumentar que ele desejava associar sua imagem à de civil, e não de militar. Envergaria a farda por obrigação, e não necessariamente por direito.

A oficialidade do 47º B.A. que seguiu para o front em 20 de outubro de 1930 era formada por (*Revista do Globo*, 1931, p. 138):

Estado Maior

Tenente coronel-comandante: Feliciano de Paula Gutterres Júnior

Major-fiscal: Arnaldo da Costa Bard

Capitão ajudante: Américo Monteiro de Barros

Capitão médico: Dr. Pedro Sander

2º tenente secretário: Antonio Bemfica Filho

2º tenente quartel mestre: Floriano Figueiredo

1º Companhia

Capitão comandante: Raul de Amaral Henriques

1º tenente: Leopoldo Souza

2º tenente: Nivaldo José Ferraz

2º tenente: Decio da Costa e Silva

2º Companhia

Capitão comandante: Remy Fonseca

1º tenente: João Batista Kieling Costa

2º tenente: Raphael Devonaro

2º tenente: Felipe Rodrigues Penha

3º Companhia

Capitão comandante: Rodolpho Laydner Filho

1º tenente: Jacy Feijó

2º tenente: Manoel Pedro do Nascimento

2º tenente: Davino Antunes de Oliveira

4º Companhia

Capitão comandante: Nestor da Costa e Silva

1º tenente: Faustino Gomes

2º tenente: Aristoteles de Souza Gutterres

2º tenente: Lauro Martins de Mello.



Imagem 5 – Oficiais do 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar do Estado, organizado em São Leopoldo, pelo major Theodomiro Porto da Fonseca. Fotografia disponível no Museu da Brigada Militar, em Porto Alegre-RS. Reprodução da foto – Tiago de Oliveira Bruinelli.

O quê? Fotografia em preto e branco que mostra oficiais do 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, organizado no município de São Leopoldo por Theodomiro Porto da Fonseca.

Quem? A autoria da foto é desconhecida.

Onde? Não se tem a localização precisa dessa foto, seja por falta de legenda ou por falta de documentação. Contudo, trata-se de um local a céu aberto, entre as árvores. Podemos supor tratar-se do pátio de treinamento de um quartel, talvez em São Leopoldo, talvez em Porto Alegre, uma vez que o Batalhão de Reserva foi formado em São Leopoldo, mas recebeu treinamento da Brigada Militar na capital Porto Alegre.

Quando? A ordem de desmobilização de forças reunidas para a “Revolução de 1930” para São Leopoldo se deu no dia 26 de outubro. Acreditando na legenda da fotografia, que aponta esses homens como membros do 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar do Estado, e sabendo que ele foi criado após essa data, podemos situar essa fotografia após o dia 26 de outubro de 1930.

Por quê? Nessa fotografia, cujo objetivo inicial desconhecemos, podemos ver oficiais do 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar juntamente com o major Theodomiro Porto da Fonseca (de chapéu e terno cinza, o primeiro sentado, à esquerda de quem olha a imagem) e o Dr. Ernani Mazzini Freire (o terceiro sentado a partir da esquerda de quem olha a imagem, de chapéu e bengala), principal responsável pela instrução dos membros da Brigada Militar do Estado. Podemos especular que a união desses elementos talvez queira associar que os membros do extinto 47º Batalhão Auxiliar estão organizados sob a figura de Theodomiro Porto da Fonseca, agora já como 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar do Estado, que recebeu apoio e treinamento de forças da Brigada Militar, representada pela figura do Dr. Ernani Mazzini Freire.

Tema: Em primeiro plano, vemos oficiais mais graduados (o que fica evidente pelo uso do quepe) da Brigada Militar, juntamente com Theodomiro e Mazzini Freire. Na fileira de trás vemos membros menos graduados do 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar, o que pode

ser evidenciado pelo fato de que alguns, mesmo de quepe, estão no mesmo plano de outros oficiais com boinas de mais baixa patente militar, e mesmo membros usando um chapéu mais simples, de campo. Theodomiro Porto da Fonseca e Ernani Mazzini Freire aparecem de roupas civis.

Contextualização histórica: Quando se estava organizando a formação do segundo batalhão, receberam-se ordens de suspender a mobilização, pois a causa revolucionária se mostrava vencedora em muitas regiões do Brasil. Isso deve ter desanimado Theodomiro, pois, em sua ânsia em demonstrar participação no movimento, havia decidido marchar ao lado do seu batalhão como um simples soldado.

No dia 26 de outubro de 1930, São Leopoldo recebia ordem de desmobilização. As instruções militares ministradas aos membros – sobretudo os voluntários – do 47º B.A. receberam elogios por parte da oficialidade de Porto Alegre, trazendo orgulho aos membros da companhia. Apesar da ordem de desmobilização, o major Theodomiro, mantendo conversações com oficiais mais graduados do movimento, recebeu autorização para que o 47º B.A. fosse convertido no 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar do Estado.

Assim, como 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar do Estado, os membros do extinto 47º B.A. embarcaram para Porto Alegre no dia 2 de novembro de 1930, a fim de ocupar o Quartel das Bananeiras. Esse movimento recebeu entusiásticas manifestações de diversas camadas da comunidade de São Leopoldo.

O mais conhecido instrutor do então 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar foi o capitão do exército, Dr. Ernani Mazzini Freire, que prestou serviços desde a organização daquele corpo militar. Já instalado no Quartel das Bananeiras, o 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar recebeu a visita do residente do estado, Dr. Sival Saldanha, do coronel Claudino Pereira, coman-

dante da Brigada, e do coronel Toledo Bordini, comandante do distrito e seus ajudantes.

Em Porto Alegre, o 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar do Estado prestou serviços de manutenção da ordem pública quando ocorreu a greve da companhia de ônibus Carris. Oficialmente o 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar foi dissolvido no dia 15 de dezembro de 1930, com o regresso das forças efetivas para os quadros da Brigada Militar.

A participação de São Leopoldo na “Revolução de 1930” não se deu apenas em âmbito militar. Houve uma também grande participação das mulheres na cidade de São Leopoldo, com a organização da “Legião da Caridade”, dirigida pelas senhoras Alzira Fonseca, Idalina Wolffebüttel e Ernestina Azambuja.

Muitas mulheres participaram ativamente, reunindo-se no andar térreo do palácio de Theodomiro, onde estabeleceram uma oficina de confecção de roupas e fardamentos para as forças militares da cidade. Além disso, a Legião da Caridade reuniu doações de todo o município, incluindo dinheiro, fazendas (peças de tecido), e gêneros alimentares, que eram destinados a prover famílias mais pobres dos combatentes da cidade de São Leopoldo.

Quando em 24 de outubro de 1930 se soube da deposição de Washington Luís, houve grandes festejos em São Leopoldo. A cidade foi enfeitada com bandeiras e se fizeram passeatas e discursos inflamados. As sirenes das fábricas soaram e os sinos repicaram.

Em 12 de novembro do mesmo ano, o Conselho Municipal acatava por unanimidade o decreto do governo revolucionário de se dissolver. Em 1º de dezembro o governo estadual nomeou Theodomiro Porto da Fonseca como interventor municipal, apesar de que elementos do próprio Partido Republicano tinham colhido assinaturas para pedir a Flores da Cunha que nomeasse um interventor que não fosse Theodomiro Porto da Fonseca.

Ferrovíários, “revolucionários” leopoldenses

Durante a “Revolução de 1930”, a participação dos membros da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, seja no transporte de tropas e equipamentos, seja contribuindo com a comunicação via rádio e telégrafo, mostrou-se de vital importância para a agilidade do movimento.



Imagem 6 – O dia da partida do presidente Getúlio Vargas e seu Estado Maior para o front, sendo aclamado pelo povo em estação da Viação Férrea. *Revista O Globo Especial “A ‘revolução’ de Outubro de 1930”*, p. 418. Disponível no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre-RS. Reprodução da foto – Tiago de Oliveira Bruinelli.

O quê? Fotografia em preto e branco, em que aparece Getúlio Vargas e alguns membros revolucionários do seu círculo pessoal, na traseira de uma locomotiva, em uma estação de trem.

Quem? A autoria da foto é desconhecida.

Onde? Ao consultarmos nossas fontes para averiguar o local onde a fotografia foi tirada, deparamo-nos com um problema bastante comum dos acervos fotográficos, que podem acabar gerando interpretações, as mais livres possíveis: a confusão quanto às legendas.

O periódico *Revista do Globo Especial*, em artigo assinado por Vargas Neto, afirma que “a população

em delírio o aclama [a Getúlio Vargas] na estação da VFRGS” (*Revista do Globo*, 1931, p. 291). A sigla VFRGS significa Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Portanto, se a estação pertence à VFRGS, significa que está no estado do Rio Grande do Sul. Por outro lado, nos anexos da obra *Anais da Semana Comemorativa da revolução de 30*, a fotografia aparece como tendo sido tirada em uma estação de Curitiba (*Anais da Semana Comemorativa da revolução de 30*, 1980-1984, p. 434). Portanto, no estado do Paraná, que não poderia pertencer à VFRGS. Mesmo que a precisa localização não tenha tido relevância para desestruturar a análise proposta, cabe aqui levantarmos esse dado, para que ele possa servir de alerta.

Quando? Dada a incerteza do local discutida no item anterior, datar essa fotografia torna-se uma tarefa duplamente complexa. Aceitando que ela foi clicada em uma estação da VFRGS, portanto, dentro do estado do Rio Grande do Sul, ela pode ter sido tirada em algum momento antes de 5 de outubro, que é quando as forças do Rio Grande do Sul partem para Santa Catarina. E aceitando que a foto foi tirada em alguma estação de Curitiba, podemos situar sua data a partir do dia 6 de outubro de 1930, pois no dia 4 desse mesmo mês Curitiba já havia sido dominada e podia receber os que vinham do sul.

Por quê? Não se pode ter absoluta certeza sobre o motivo de a foto ter sido tirada. Talvez tenha sido com o intuito de promover a figura de Getúlio Vargas como líder do movimento de outubro, fazendo uso das linhas férreas, tão bem exploradas pelo seu ministro Oswaldo Aranha.

Tema: Getúlio Vargas e membros revolucionários de 1930, reunidos em uma estação ferroviária, saudando o povo. A fotografia demonstra a importância das linhas férreas para a velocidade e o dinamismo da “Revolução de 1930”.

Contextualização histórica: Mesmo com uma aviação já bastante atuante, Getúlio Vargas

optou pelo transporte em via férrea, uma vez que nessa viagem poderia parar nas estações nas quais a “revolução” já havia chegado e inteirar-se da situação nas diferentes praças. Além disso, naquele contexto a linha férrea representava o progresso e o dinamismo, linha mestra do governo do Partido Republicano, partido do qual Getúlio Vargas fazia parte.

Em grande medida, por suas dimensões, no Rio Grande do Sul a “Revolução de 1930” esteve intimamente ligada à problemática dos transportes. A despeito de a comunicação, na época, se utilizar largamente do rádio, do telégrafo e mesmo do aeroplano, o transporte de tropas e demais volumes era sempre uma questão a se considerar. E o movimento de outubro de 1930, que se deu da periferia para o centro de poder na época, ilustrou isso muito bem.

Tendo em vista que a agilidade e a velocidade nos transportes seriam vitais para o movimento, Osvaldo Aranha entrou em contato com o diretor da Viação Férrea, o engenheiro Fernando Olyntho de Abreu Pereira. Entre as primeiras resoluções tomadas por Olyntho, estavam a disposição de material rodante (ou seja, locomotivas e carros de transporte) e a localização de boas reservas de combustíveis nas linhas, sobretudo naquelas que cruzavam a Serra Gaúcha.



Imagem 7 – Detalhe da imagem 6.

Na fotografia anterior, vemos membros revolucionários acenando para a população em uma estação da Viação Férrea. Sobre o trem, com o braço para o alto, segurando um chapéu,

está Osvaldo Aranha, responsável por organizar e participar do Estado Maior das forças revolucionárias.

Do seu lado esquerdo (de quem olha a fotografia), está Getúlio Vargas, com as mãos nos bolsos, vestindo roupas civis. Seguindo ainda pelo lado esquerdo, com apenas o rosto visível, está Darci Vargas. Do lado dela, vemos um homem que está de costas, e cuja identidade infelizmente desconhecemos. Ao lado desse homem está, vestindo um terno branco, o escritor Moisés Velinho.



Imagem 8 – Parada na estação de Marcelino Ramos. Disponível no Acervo Telegráfico de 1930, do Museu do Trem, em São Leopoldo-RS. Reprodução da foto – Tiago de Oliveira Bruinelli.

O quê? Fotografia em preto e branco, mostrando uma parada em uma estação de trem, estando ao fundo a locomotiva e, à frente, um contingente de soldados.

Quem? A autoria da foto é desconhecida.

Onde? Ao que tudo indica, ela foi tirada na estação de Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul.

Quando? O general Felipe Portinho invadiu Santa Catarina, partindo de Erechim e passando por Marcelino Ramos. Santa Catarina foi controlada pelos revolucionários ainda no dia 3 de outubro. Portanto, a fotografia da parada em Marcelino Ramos deve ter sido tirada em no máximo dois dias antes (1 ou 2 de outubro de 1930).

Por quê? O motivo pelo qual a fotografia foi tirada não nos é revelado. Contudo, deve tratar-se de uma fotografia cujo objetivo é o de exibir as forças revolucionárias, em sua marcha para o Sudeste, passando por cidades do Rio Grande do Sul.

Tema: Parada na estação de Marcelino Ramos, das forças do general Felipe Portinho, que partiu do Rio Grande do Sul para lá por via férrea. Entretanto, se o general em pessoa está na foto, não conseguimos encontrar uma fonte bibliográfica que confirmasse essa informação.

Contextualização histórica: Servindo como um bom exemplo ilustrativo, a fotografia acima demonstra bem a validade da linha férrea para o transporte de um grande número de tropas. Ela foi tirada na parada da estação de Marcelino Ramos, e nela podemos ver membros das forças do general Felipe Portinho, responsável por invadir Santa Catarina, partindo de Erechim e parando em Marcelino Ramos para abastecimento.

Além de um grande número de pessoas fardadas, há alguns que, apesar de não trajarem a farda completa, ainda ostentam lenços no pescoço. Por tratar-se de uma fotografia em preto e branco, não se pode assegurar a cor desses lenços, mas podemos imaginar que havia brancos (esses sim mais visíveis) e vermelhos. Além disso, na extrema direita de quem olha a fotografia, podemos ver que, ao lado de um soldado fardado, está um homem que ostenta uma completa pilcha. A indumentária aqui serve como mais um elemento identificador do gaúcho. Infelizmente, pelo estado de conservação da fotografia, não podemos compreender o que está escrito nas bandeiras empunhadas pelos homens que estão de pé sobre a locomotiva, e não foram encontradas legendas ou outros documentos que possam elucidar mais detalhes da referida fotografia.

Na década de 1930, a malha ferroviária brasileira – sobretudo a gaúcha – encontrava-se em excelente estado de conservação, apresentando muito boa capacidade operacional. Somou-se a isso a incorporação de modernos aparelhos de rádio-telegrafia.

Estimava-se que na época a Viação Férrea do Rio Grande do Sul possuía material rodante para transportar em torno de 50 mil homens, 10 mil cavalos (*Revista do Globo*, 1931, p. 418), e para atender ao abastecimento de gêneros. Portanto, o plano principal era carregar e descarregar trem atrás de trem, com o objetivo de suprir o mais rapidamente possível a demanda de homens, armas, cavalos e outros suprimentos.

Mais do que isso, esperava-se a ardorosa participação dos ferroviários, por ideais patrióticos. Dessa forma, foram muitos os maquinistas e demais trabalhadores da viação férrea que aderiram à “revolução”, quando começaram a pipocar as mensagens de “O que é que há?”¹³, pelo rádio e pelo telégrafo.

Sobretudo o telégrafo – que em grande maioria estava disponível nas estações da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – teve larga importância em tecer a teia de informações necessárias para levar adiante o movimento. Em mensagem enviada do Palácio em Porto Alegre para todas as estações da Viação Férrea, Osvaldo Aranha, em 4 de outubro de 1930, dava indicações de como estava a situação nos diferentes pontos onde eclodira o movimento. Entre outras coisas, ele indicava a adesão de Minas Gerais bem como a “situação resolvida” no Rio Grande do Sul e em outros estados, como Paraná, Paraíba, Pernambuco, etc.

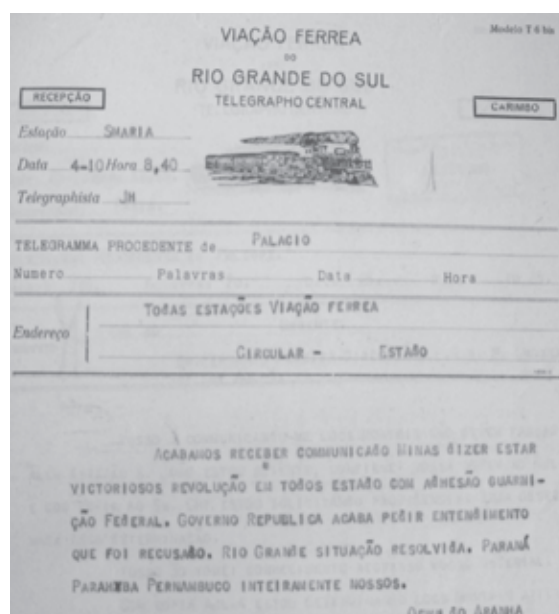


Imagem 9 – Telegrama Viação Férrea. Mensagem de Osvaldo Aranha a todas as estações ferroviárias. Disponível no Acervo Telegráfico de 1930 do Museu do Trem, em São Leopoldo-RS. Reprodução do documento – Tiago de Oliveira Bruinelli.

Para dar conta dessa imensa demanda, os horários de trabalho nas estações, nas oficinas de locomotivas e nos escritórios de telegrafia foram ex-

13 *O que é que há?* – Frase código que daria início às movimentações de tropas e à própria “revolução” de 1930.

tendidos. Talvez com o objetivo de criar um caráter de forte participação no movimento, são relatados problemas ao conter os mais ardorosos encarregados de estações ferroviárias, a não permitir que seus trens saíssem antes do horário combinado, provocando congestionamentos desnecessários nas linhas (*Revista do Globo*, 1931, p. 418).

O animo revolucionario, que em poucas horas irmanou em corpo, espírito e coração, os riograndenses, accentuou-se na grande legião dos ferroviários, concretizando-se no esforço e dedicação de todos os seus membros (*Revista do Globo*, 1931, p. 418; manteve-se a ortografia original).

Assim, já no dia 3 de outubro de 1930, aproximadamente às 17h, muitos trens já atravessavam os limites geográficos do Rio Grande do Sul, levando em seus vagões, as forças do general Miguel Costa. Logo na primeira arrancada, num prazo de 48 horas, muitos trens carregados de tropas sul rio-grandenses já estavam descarregando na fronteira de São Paulo. A velocidade do transporte de tropas, cavalos e suprimentos foi um fator decisivo no êxito de 1930. Nas palavras de Osvaldo Aranha, “a acção da Viação Férrea constituiu factor preponderante na victoria revolucionaria” (*Revista do Globo*, 1931, p. 419).

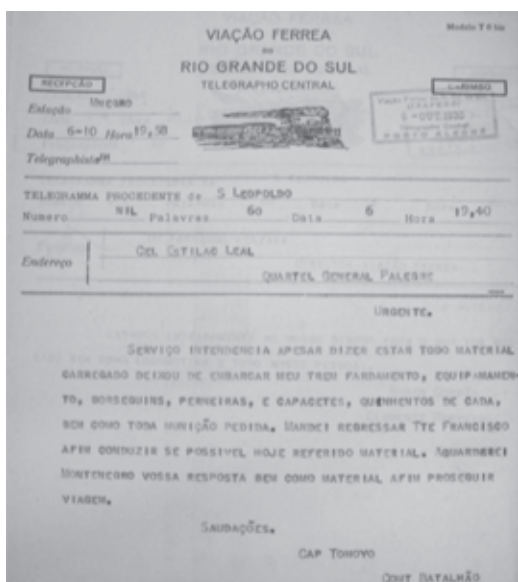


Imagem 10 – Telegrama Viação Férrea. Mensagem do Capitão Tamoyo para o Coronel Estilac, em Porto Alegre. Disponível no Acervo Telegráfico de 1930 do Museu do Trem, em São Leopoldo-RS. Reprodução do documento – Tiago de Oliveira Bruinelli.

A estação da Viação Férrea de São Leopoldo, por não estar diretamente na rota de trajeto para Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, serviu com seus membros, basicamente, na difusão de informações, sobretudo através do telégrafo, e na logística, ou seja, no envio de homens e equipamentos para o front.

No telegrama da imagem 10, datado de 6 de outubro de 1930, proveniente de São Leopoldo e recebido na estação de Montenegro, o capitão Tamoyo, comandante de batalhão aquartelado em São Leopoldo, reclama com o Quartel General de Porto Alegre, que, apesar de se alegar que o material para os revoltosos já estava disponível, não estavam presente no trem o fardamento, capacetes e munição prometidos.



Imagem 11 – Telegrama de São Leopoldo para o diretor da Viação Férrea de Porto Alegre. Disponível no Acervo Telegráfico de 1930 do Museu do Trem, em São Leopoldo-RS. Reprodução do documento – Tiago de Oliveira Bruinelli.

Em outro telegrama (imagem 11), datado de 4 de outubro de 1930, Rubem Corrêa e Clemente Barreiro, responsáveis pela estação da Viação Férrea de São Leopoldo, escrevem para o diretor da Viação Férrea em Porto Alegre, Fernando Pereira, indicando que estão se colocando à disposição dos revolucionários, tanto os trens como o pessoal encarregado da linha férrea e do sistema de mensagens via telégrafo.

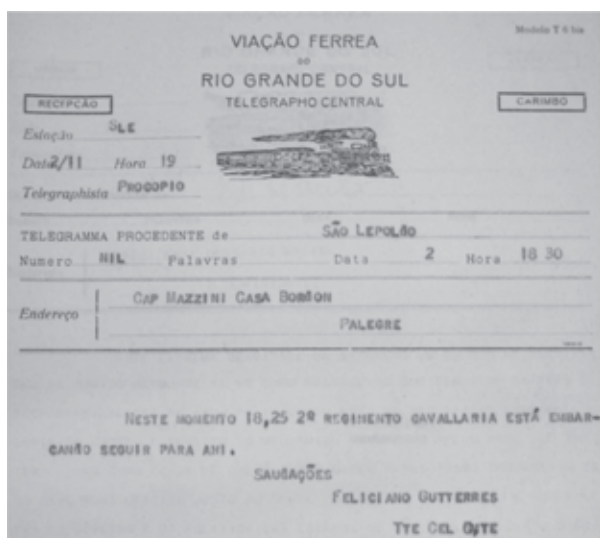


Imagem 12 – Telegrama de Feliciano Guterres para o capitão Mazzini. Disponível no Acervo Telegráfico de 1930 do Museu do Trem, em São Leopoldo-RS. Reprodução do documento – Tiago de Oliveira Bruinelli.



Imagem 13 – Da esquerda para a direita de quem olha: Francisco de Andrade Neves, inspetor do tráfico; engenheiro Max Bruhns, chefe da linha; engenheiro Fernando Olyntho de Abreu Pereira, diretor geral; engenheiro João Correia Pires, inspetor do telégrafo; Olyntho Pereira, filho de Fernando Pereira. *Revista O Globo Especial “A revolução de Outubro de 1930”*, p. 419. Disponível no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre-RS. Reprodução da foto – Tiago de Oliveira Bruinelli.

E ainda, no telegrama da imagem 12, proveniente da estação de São Leopoldo, datado de 2 de novembro de 1930, o tenente coronel Feliciano de Paula Guterres, encarregado do primeiro corpo do 47º Batalhão Auxiliar de São Leopoldo, avisa o capitão Mazzini que regimentos de cavalaria se encaminham para Porto Alegre. Nesse dia os membros do já extinto 47º Batalhão Auxiliar, que recebera ordens de desmobilização ainda no dia 26 de outubro de 1930, seguem para ocupar o Quartel das Bananeiras, em Porto Alegre, agora já convertidos – por intermédio da atuação de Theodomiro Porto da Fonseca – em 2º Batalhão de Reserva da Brigada Militar do Estado. Esse movimento, como já exposto anteriormente, recebeu entusiásticas manifestações de diversas camadas da comunidade de São Leopoldo.

Apesar de todas essas questões que podem ser levantadas, a imagem dos ferroviários, como ferramentas importantes para o bom andamento da “Revolução de 1930”, se perpetuou com o tempo.

Ainda no ano de 1930, por intermédio de Flores da Cunha – eleito naquele ano como deputado federal pelo Rio Grande do Sul – começou a se pensar em homenagear a participação dos revolucionários no movimento de outubro. A mais conhecida dessas homenagens foi o obelisco concluído em 1933 na cidade de Santa Maria.

A cidade de Santa Maria, cuja economia foi fortemente influenciada pela classe ferroviária, sempre representou um local de passagem, tanto em relação ao Estado como em relação ao país. Pela estrada de ferro, passavam madeira, couro, gado e passageiros. Durante a “Revolução de 1930”, passavam tropas, armas e mantimentos.

Algumas considerações “finais”

Nesse ensaio tentamos pincelar alguns elementos da participação do município de São Leopoldo durante a “Revolução de 1930” através de algumas fotografias, chamando a atenção para alguns eventos ocorridos em finais da década de 1920 e início de 1930 em âmbito leopoldense.

A “Revolução de 1930” foi um dos eventos mais significativos para a história brasileira e, sobretudo, para a história rio-grandense. Uma prova disso é a imensa quantidade de bibliografia sobre o tema disponível em bibliotecas físicas ou online. Contudo, em âmbito leopoldense essa afirmação não nos pode parecer correta, devido à carência de fontes sobre o tema quando o assunto é a participação de São Leopoldo na “Revolução de 1930”.

Basicamente, foi essa revolução uma ruptura ou representou a continuidade? Ela foi de fato uma “revolução”? Não foi a intenção desse estudo discutir se a “revolução” foi de fato uma “revolução” ou não, ou seja, se ela representou ruptura ou continuidade. Isso já foi discutido em uma imensa gama bibliográfica e pelos mais diversos historiadores. As oligarquias do “café com leite” deram lugar às oligarquias que saíram do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, concordamos com Luis Carlos Prestes, quando ainda em 1930 ele considerava o evento como uma “competição de oligarquias”.

Por muito tempo considerada uma ruptura política, uma modificação das estruturas sociais e econômicas no Brasil de então, também um marco de periodização na evolução econômica, social e política do país, acreditamos que os eventos de 1930, que se consagraram como a “Revolução de 1930”, não devem ser considerados os responsáveis por todas as mudanças que ao longo do tempo se atribuíram a ele. Acreditamos que em torno dessa imagem foram reunidos fenômenos e acontecimentos, que mais tarde com ele se supõe iniciar.

A “Revolução de 1930”, portanto, foi amplamente debatida em âmbito nacional e regional. Todavia, levando-se em consideração que atualmente as pesquisas, e mesmo o material documental escrito disponível sobre a delimitação espaço-temporal – São Leopoldo durante a “Revolução de 1930”, não atendem de forma adequada para uma melhor compreensão e aprofundamento do tema, pensou-se o uso de fontes documentais imagéticas, como as fotografias, por exemplo. Tais fontes podem nos auxiliar em uma maior compreensão de como se deu a construção desse aspecto da memória do município de São Leopoldo.

Vale lembrar que durante as décadas de 1920 e 1930 São Leopoldo tinha uma organização geográfica, política, econômica e social bastante diversa da atual. O prédio militar onde se aquartelava o 8º B.C., por exemplo, situava-se no distrito de Esteio, atualmente um município. O 8º B.C. terá destacada ação na tomada do Morro do Menino Deus, em Porto Alegre. Posteriormente, será desmembrado e rebatizado, e suas forças serão realocadas para pacificar focos de resistência na capital, Porto Alegre.

Esse grande município de São Leopoldo, portanto, naquele contexto, passou por um florescimento cultural, social e político que mudou sua configuração. O comércio, a indústria, a imprensa, e as próprias manifestações sociais e culturais tiveram um grande impulso durante as décadas de 1920 e 1930, passando por um crescente processo de urbanização e secularização da cultura. Em um contexto em que a influência da Igreja Católica era bastante significativo, sua força se fortalece em finais da década de 1920 com o Centro Dom Vital e a mudança de direção de um importante periódico católico, chamado *A Ordem*.

A influência política do catolicismo cresceu tanto que, em 1932, com o objetivo de se articular com o mundo da política, o grupo católico,

tendo novamente à frente D. Leme, criou a Liga Eleitoral Católica (LEC), que teve como secretário geral Alceu Amoroso Lima. Dom Leme optou por essa estratégia em nome da “segurança da comunidade católica” e frequentemente lembrava, nas páginas da revista *A Ordem*, as virtudes da concessão e do compromisso àqueles que se opunham a Getúlio Vargas e pretendiam formar um partido católico de oposição¹⁴.

Não é de causar admiração o fato de que os revolucionários de 1930 alinharam-se estreitamente com os católicos para afastar, combater e negar qualquer influência comunista. O Sínodo Rio-Grandense em São Leopoldo, vinculado à Igreja Luterana, também mostrou-se bastante favorável ao movimento “revolucionário” de 1930, tanto é que cedeu pastores para acompanharem as tropas leopoldenses (e de outras cidades, claro) para o front, seja para acompanhamento religioso, seja para combater diretamente como soldados (o que os católicos romanos também fizeram, tanto que São Leopoldo enviou um pároco para combater e dar apoio espiritual na tomada do Morro do Menino Deus, em Porto Alegre).

Mesmo com essa significativa influência do catolicismo, a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, minou um pouco a solidez do catolicismo em um ambiente já bastante secularizado. Entre 1924 e 1925, o início da marcha da Coluna Prestes por todo o Brasil serviu como catalisador para propagar uma nova ideia sobre a estrutura social, refletindo a própria ideologia do partido: reorganizar a sociedade capitalista em uma sociedade socialista.

Nesse sentido, o Movimento Operário teve grande força na década de 1920, alavancado pela Revolução Russa de 1917. O movimento operário, sobretudo em São Paulo, era encabeçado por muitos imigrantes, sobretudo italianos, que para lá foram. A década de 1920 presenciou também um último afluxo significativo de imigrantes; e vários motivos explicam o declínio verificado a partir de então: o crescimento das migrações in-

ternas na Europa, os efeitos da crise de 1929 na economia e as limitações impostas pelo governo brasileiro.

Em 1929, o *crash* da Bolsa de Nova Iorque teve uma grande repercussão na economia mundial, cada vez mais sem fronteiras. A depressão afetou a economia de grande parte do mundo e teve significativo impacto no mercado brasileiro do café.

Todas essas e mais algumas forças serviram para aos poucos minar o poder e a influência do governo já instituído de Washington Luís. Essas forças, aliadas com a derrota nas eleições presidenciais de 1929, serviram de catalisadoras para a “Revolução de 1930”.

São Leopoldo, como município do estado do Rio Grande do Sul onde a historiografia sempre afirmou ter sido o “berço” da “revolução”, não ficava alheio a essas mudanças sociais, políticas e culturais.

Politicamente, São Leopoldo demonstrava, até mesmo pela sua grande dimensão geográfica, uma importante participação política no contexto sul rio-grandense. Um dos casos em que o poder Legislativo leopoldense teve participação destacada foi quando, como já dito, em 1927, o distrito de Novo Hamburgo emancipa-se de São Leopoldo. Ainda em 1925, por aclamação popular, membros da Câmara Municipal de São Leopoldo pediam a emancipação do distrito de Novo Hamburgo.

Os pedidos foram negados por Borges de Medeiros, que enviou representantes para tentar dissuadir os emancipacionistas. Como eles não voltaram atrás em sua decisão, não houve escolha para Borges de Medeiros, a não ser criar o novo município de Novo Hamburgo em 1927. Borges de Medeiros, reconhecido por sua autoridade (e autoritarismo), preferiu não entrar em atrito com o legislativo leopoldense. Essa atitude do legislativo leopoldense, por si só, serve de exemplo da importância política do município naquele período.

Além da importância política, São Leopoldo contava também com uma grande importância estratégica. Em 1929 Getúlio Vargas em pessoa

14 *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20>. Acesso em: 16/05/2012.

visita São Leopoldo e doa a vultuosa quantia de 30 mil contos de réis para a construção do Hospital Centenário, além de visitar o quartel do 8º Batalhão de Caçadores, discursando sobre a importância do apoio dado pela cidade, que desenvolveu até cursos de alfabetização com o objetivo de “criar” novos eleitores para Getúlio. A visita de Vargas ao quartel refletia sua preocupação com a instabilidade das forças daquele comando, pois em julho de 1930 ele, em carta a Oswaldo Aranha, demonstrava preocupação sobre as guarnições de São Leopoldo, Caxias, e Cachoeirinha, não por sua capacidade operacional elevada, mas pela pouca inclinação revolucionária de suas lideranças.

Assim, pode-se avaliar que o município de São Leopoldo contava com forte participação política e tinha grande importância estratégica, tanto pelo seu efetivo militar como por sua malha ferroviária. Esse meio de transporte mostrar-se-á tão eficiente para o transporte de tropas, armas e equipamentos para os revolucionários de 1930.

Dessa forma, tentamos aprofundar a participação de setores sociais do município de São Leopoldo, com ênfase no período anterior, e durante a “Revolução de 1930”, com o objetivo de melhor compreender os desdobramentos políticos do evento para a cidade.

Além da participação militar de São Leopoldo, essa sim um pouco mais conhecida, foi encontrado um maior acervo de fontes documentais sobre a participação do clero e da categoria dos ferroviários. Demos ênfase a elas também em nosso estudo, por acreditar que elas representem de forma significativa, aspectos sociais daquele contexto histórico.

Deparamo-nos, por exemplo, com a insistência da comunidade católica romana (e mesmo a protestante, deve-se dizer) em afastar da “revolução” todo e qualquer traço de influência comunista. Sabendo que mais tarde, em finais de 1929 e início de 1930, a Igreja Católica tornar-se-á mais influente politicamente, passamos a compreender um pouco melhor sua renhida participação no episódio de 1930. Seja enviando

párocos para oferecer ajuda espiritual, ou mesmo religiosos para lutar na linha de frente – ou em alguns casos, como o padre da Companhia de Jesus, Claudio Mascarello, do Seminário Provincial de São Leopoldo, para as duas funções; seja enviando comunicados para o Rio de Janeiro, e mesmo ao Vaticano, tentando “elucidar” a situação, “clareando” os fatos, afirmando que a desordem comunista não havia tomado conta dos revolucionários. A Igreja Católica mostrou-se fortemente empenhada com a “Revolução de 1930”.

A categoria dos ferroviários, forte em São Leopoldo desde inícios dos anos de 1910, quando se formaram as primeiras turmas de maquinistas, foguistas, mecânicos, etc., atuou de forma decisiva na “revolução”. Tivemos acesso ao Acervo Telegráfico da “Revolução de 1930” e, através do teor de algumas das mensagens, pudemos compreender melhor a importância do telegráfico para as comunicações, fossem elas “importantes” mensagens do front, fossem simples telegramas enviados a amigos, perguntando a situação da “revolução” em outros municípios.

Nesse caso, mais uma vez a estação de São Leopoldo mostrou-se eficaz, pois, pela dimensão geográfica do município naquele momento, a estação telegráfica e radiofônica do município era uma importante difusora de mensagens no Vale do Rio dos Sinos.

As “histórias municipais” produzidas em São Leopoldo e sobre São Leopoldo disponíveis para consulta geralmente apresentam lacunas do período de 1930. Livros de autores como Germano Oscar Moehlecke (2000) e Leopoldo Petry (1964), até mesmo pelos momentos em que foram produzidos, ressentem-se disso. Quando fazem uso de fotografias, por exemplo, as usam apenas de forma ilustrativa e não tentam extrair delas algo mais.

Utilizando-nos de autores como Burke, Flusser, Fontcuberta, Kossoy, Dubois, Maria Eliza Linhares Borges e Eduardo Paiva, discutimos a importância da imagem – no nosso caso, dando maior ênfase à fotografia – para os estudos históricos. Tentamos analisar nesse estudo a fotografia como uma fonte da qual é possível

extrairmos elementos importantes para melhor compreendermos o contexto em questão.

Adaptando métodos de análise de Eduardo Paiva e Peter Burke, tentamos sempre que possível descrever as fotografias, identificar seus possíveis autores, o momento em que foram feitas e o local em que foram clicadas. Mesmo essas informações mais elementares nem sempre podem ser apuradas. Como discutimos anteriormente, o caso de uma fotografia de Getúlio Vargas em uma estação ferroviária não nos foi possível apurar o exato local em que ela foi tirada. Uma fonte nos indicou um local, e outra fonte nos indicou um local diverso.

Nesse caso, em especial, o local de captura da imagem não alterou seu sentido (para nossa proposta de análise). Contudo, ao trabalharmos com imagens – e fotografias – temos que ficar atentos para esses e outros percalços de caminho que podem surgir.

Mas além de levantarmos dados básicos sobre as fotografias utilizadas, tentamos desenvolver interpretações iconológicas das mesmas. Estudando elementos como a luz, o enquadramento, a posição de algumas pessoas ou mesmo de alguns objetos, podemos lançar interpretações sobre as possíveis motivações que levaram a produção daquela fotografia àquela maneira, e não de outra. Não devemos, é claro, lançar apenas conjecturas sobre as fotografias, mas tentar também “amarrá-las” aos seus contextos históricos.

Quando consultamos as atas das Câmaras de Vereadores de São Leopoldo, disponíveis no Museu Visconde, localizado na cidade, deparamo-nos com situação semelhante ao da bibliografia municipal sobre o tema. Por exemplo, as atas para os anos 1930 e 1931 são de tamanho extremamente reduzido se comparadas aos anos anteriores e posteriores. Só podemos conjecturar os motivos disso – o que não foi aqui nosso pro-

pósito –, mas ainda assim pudemos delas extrair alguma essência de informação. Trata-se, é claro, de documentos oficiais.

Como as fotografias, esses documentos foram produzidos com uma intenção. Produzidos por um grupo de pessoas para um grupo de pessoas – quase sempre seus pares. Os mesmos autores que nos chamaram a atenção para a “leitura” das fotografias nos prestaram grande auxílio na leitura dos documentos escritos também. Eles igualmente estão carregados de significados. Já é largamente conhecido esse fato, mas é sempre bom lembrar que os documentos “oficiais”, muito diferentemente do que queriam algumas correntes históricas do passado, não refletem necessariamente a “realidade histórica”.

Construir um panorama sobre a participação de São Leopoldo durante a “Revolução de 1930” foi a intenção desse estudo. Fizemos uso de fontes documentais que aparentemente não foram usadas – ou foram usadas de formas diversas – na bibliografia disponível sobre o município. Tentamos, na medida do possível, ampliar o leque documental utilizado, para assim construirmos um mosaico com mais elementos que nos permitisse abordar de forma mais completa o referido evento.

Esperamos sinceramente que essa pesquisa tenha alcançado os objetivos a que nos propusemos e que venha a estimular cada vez mais os estudos sobre essa ainda pouco pesquisada parcela da história de São Leopoldo.

Além disso, esperamos ter contribuído, mesmo que de forma ínfima, para que essa pesquisa possa se desdobrar, contando com outros pesquisadores – e mesmo com outras fontes esquecidas –, para assim resgatar e dar novo (e necessário, diga-se de passagem) fôlego para a história do município, e mesmo para compreender melhor a construção de sua memória.

Referências

- A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20>. Acesso em: 16/05/2012
- ANAIS da Semana Comemorativa da revolução de 30*. Câmara dos Deputados – Simpósio realizado em 1980 pela Comissão Especial da Comemoração da “revolução” de 1930. Brasília-DF: CDI, 1984.
- ATAS da Câmara de Vereadores do município de São Leopoldo (1921-1934)* – Disponíveis no Acervo do Museu Visconde do Rio Branco, em São Leopoldo-RS.
- AXT, Gunter. Julio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS. In: *Cadernos IHU Ideias*. Ano 2, n. 14 – 2004.
- BARTHESES, Roland. *The rustle of language*. Oxford-Inglaterra: Blackwell, 1986.
- BAZIN, André. *Ontologia da Imagem fotográfica*. In: O que é cinema? Tomo I. Paris-França: Editora Cerf, 1975.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e fotografia*. São Paulo – SP: Autêntica, 2003, 138 p.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e Imagem*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- BRIGGS, Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 1997. p. 401-417
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2002.
- COSTA, Maurício da Silva Drummond. *Paixão nacional. O esporte como propaganda política nos governos Vargas e Perón*. 12/8/2008. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&cid=15847. Acesso em: 16/05/2012
- DOCUMENTO de autoria de Lindolfo Collor (manuscrito), produzido provavelmente em abril de 1936*. In: A Revolução de 30 – Textos e Documentos. Tomo II. Vários Organizadores – CPDOC: Brasília-DF: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 81
- DONDIS, Donis A. *A sintaxe da linguagem visual*. 2ª ed. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1997.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas-SP: Papirus, 1993.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo-SP: HUCITEC, 1985.
- FONTCUBERTA, Joan. *El beso de Judas – Fotografia y Verdad*. Barcelona-Espanha: GG, 2002.
- GERTZ, René Ernani. *A “revolução” de 1930 em São Leopoldo*. In: Estudos Leopoldenses. UNISINOS, n. 33, 1975.
- GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 1999.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo - SP: Ateliê, 2001, 168 p.
- KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia; o efêmero e o perpétuo*. São Paulo - SP: Ateliê, 2007, 176 p.
- MARTINS, Luciano. *A “revolução” de 1930 e seu significado político*. In: A “revolução” de 30 – Seminário Internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro - RJ, 1980: Editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 671-689.
- MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: retalhos de história*. São Leopoldo: [s.n.], 2000. 211 p.
- O Exército na história do Brasil*. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército Editora, Salvador-BA; Odebrecht, 1998.
- PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. São Paulo-SP: Autêntica, 2002.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo-SP: Debates, 2002.
- PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo: berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul*. 2. ed. São Leopoldo: [s.N.], 1964. 2 v.
- PICCOLO, Helga. *Lindolfo Collor e a revolução de 30*. In: Estudos Leopoldenses. Vol. 27, n. 122. Março/Maio de 1991. p. 9-28.
- Relatórios e mensagens do serviço telegráfico* disponíveis no Acervo Telegráfico da Revolução de 1930, disponíveis no Museu do Trem, na cidade de São Leopoldo-RS.
- Revista O Globo Especial “A revolução de Outubro de 1930”*. Porto Alegre-RS: Globo, 1931. Disponível no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre-RS.
- SILVA, Hélio. 1930 *A Revolução Traída*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, v. 3.
- SILVA, Haïke Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques. *A história da Câmara e a Câmara na história*. São Leopoldo-RS: OIKOS, 2006.
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2004.

Temas dos Cadernos IHU

- Nº 01 – *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS*
Prof. Dr. Hilário Dick
- Nº 02 – *O mundo das religiões em Canoas*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.), MS Adevanir Aparecida Pinheiro, MS Inácio José Sphor & MS Geraldo Alzemiro Schweinberger
- Nº 03 – *O pensamento político e religioso de José Martí*
Prof. Dr. Werner Altmann
- Nº 04 – *A construção da telerrealidade: O Caso Linha Direta*
Sonia Montão
- Nº 05 – *Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz*
MS André Langer
- Nº 06 – *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado – Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações*
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 07 – *A Igreja Doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto
- Nº 08 – *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas*
Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes
- Nº 09 – *Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos?*
Prof. Dr. Atílio Hartmann
- Nº 10 – *O mundo das religiões em Sapucaia do Sul*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.)
- Nº 11 – *Às margens juvenis de São Leopoldo: Dados para entender o fenômeno juvenil na região*
Prof. Dr. Hilário Dick (Coord.)
- Nº 12 – *Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado: Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes*
MS Armando Triches Enderle
- Nº 13 – *O Escravidão Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender – A Gênese, o Reconhecimento, a Deslegitimação*
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 14 – *Lealdade nas Atuais Relações de Trabalho*
Lauro Antônio Lacerda d'Avila
- Nº 15 – *A Saúde e o Paradigma da Complexidade*
Naomar de Almeida Filho
- Nº 16 – *Perspectivas do diálogo em Gadamer: A questão do método*
Sérgio Ricardo Silva Gacki
- Nº 17 – *Estudando as Religiões: Aspectos da história e da identidade religiosos*
Adevanir Aparecida Pinheiro, Cleide Olsson Schneider & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 18 – *Discursos a Beira dos Sinos – A Emergência de Novos Valores na Juventude: O Caso de São Leopoldo*
Hilário Dick – Coordenador
- Nº 19 – *Imagens, Símbolos e Identidades no Espelho de um Grupo Inter-Religioso de Diálogo*
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 20 – *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização? Um Estudo de Caso*
Lucas Henrique da Luz
- N. 21 – *Educação Popular e Pós-Modernidade: Um olhar em tempos de incerteza*
Jaime José Zitkoski
- N. 22 – *A temática afrodescendente: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul*
Jorge Euzébio Assumpção
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Orgs.)

- N. 23 – *Emergência das lideranças na Economia Solidária*
Robinson Henrique Scholz
- N. 24 – *Participação e comunicação como ações coletivas nos empreendimentos solidários*
Marina Rodrigues Martins
- N. 25 – *Repersonalização do Direito Privado e Fenomenologia Hermenêutica*
Leonardo Grison
- N. 26 – *O cooperativismo habitacional como perspectiva de transformação da sociedade: uma interlocução com o Serviço Social*
Célia Maria Teixeira Severo
- N. 27 – *O Serviço Social no Judiciário: uma experiência de redimensionamento da concepção de cidadania na perspectiva dos direitos e deveres*
Vanessa Lidiane Gomes
- N. 28 – *Responsabilidade social e impacto social: Estudo de caso exploratório sobre um projeto social na área da saúde da Unisinos*
Deise Cristina Carvalho
- N. 29 – *Ergologia e (auto)gestão: um estudo em iniciativas de trabalho associado*
Vera Regina Schmitz
- N. 30 – *Afrodscendentes em São Leopoldo: retalhos de uma história dominada*
Adevanir Aparecida Pinheiro; Leticia Pereira Maria & José Ivo Follmann
Memórias de uma São Leopoldo negra
Adevanir Aparecida Pinheiro & Leticia Pereira Maria
- N. 31 – *No Fio da Navalha: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no Vale dos Sinos*
Ângela Maria Pereira da Silva, Ceres Valle Machado, Elma Tereza Puntel, Fernanda Wronski, Izalmar Liziane Dorneles, Laurinda Marques Lemos Leoni, Magali Hallmann Grezzana, Maria Aparecida Cubas Pscheidt, Maria Aparecida M. de Rocha, Marilene Maia, Marleci V. Hoffmeister, Sirlei de Oliveira e Tatiana Gonçalves Lima (Orgs.)
- N. 32 – *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*
Cesar Sanson
- N. 33 – *Globalização missionária: a memória entre a Europa, a Ásia e as Américas*
Ana Luísa Janeiro
- N. 34 – *Mutações no mundo do trabalho: A concepção de trabalho de jovens pobres*
André Langer
- N. 35 – *“E o Verbo se fez bit”:* Uma análise da experiência religiosa na internet
Moisés Sbardelotto
- N. 36 – *Derrida e a educação: O acontecimento do impossível*
Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos
- N. 37 – *Curar um mundo ferido: Relatório especial sobre ecologia*
Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Companhia de Jesus
- N. 38 – *Sacralização da natureza: Henrique Luiz Roessler e as ideias protecionistas no Brasil (1930-1960)*
Elenita Malta Pereira
- N. 39 – *A sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem: (Re) leituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben*
Castor M. M. Bartolomé Ruiz



Tiago de Oliveira Bruinelli formou-se em História pela Unisinos em 2008. É formado no curso de pós-graduação Especialização em História do RS em 2009 pela mesma universidade. Atualmente cursa mestrado na mesma área também na Unisinos, onde desenvolve pesquisa sobre a construção biográfica de Lindolfo Collor e as várias apropriações da personalidade, sobretudo pelo município de São Leopoldo. Professor de História na modalidade EJA (ensinos fundamental e médio), na escola Faccentro, na cidade de Novo Hamburgo. Tem experiência em pesquisa, atuando principalmente nos seguintes temas: história medieval; história e arte; história e cinema; fotografia e história; história e construção biográfica.